

# Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

Ministério da Cultura - Vigência 2018-2020

---

## Equipe

Sérgio Sá Leitão

**Ministro da Cultura**

Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo

**Secretária-Executiva**

Lucineide Alves de Oliveira Medeiros da Costa

**Subsecretária de Gestão Estratégica**

Thiago Moreira dos Santos

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

Paulo Henrique de Carvalho Moreira

**Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação**

### **Comitê de Governança Digital - CGD:**

Chefe de Gabinete do Ministro:

Ângela Inácio - Titular

Secretário da Diversidade Cultural:

Magali Moura - Titular

Secretário do Audiovisual:

Frederico Maia Mascarenhas - Titular

Heber Moura Trigueiro - Suplente

Secretário da Economia Criativa:

Douglas Ramiro Capelo - Titular

José Mauro Gana Fini - Suplente

Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura:

José Paulo Soares Martins - Titular

Odecir Luiz Prata da Costa - Suplente

Secretário de Difusão e Infraestrutura Cultural:

Paulo Nakamura - Suplente

Secretário de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual:

Marcos Tavorali - Titular

Silvana Demartini de Oliveira - Suplente

#### **Equipe de elaboração do PDTIC:**

Claudilea de Queiroz Sousa

Christian Moryah Contiero Miranda

Marcus Vinícius Pereira de Menezes

Munique Braz Coutinho

Jonas Jeske

Sebastião Lima Filho

Wuarli Ceza Nunes dos Santos

## **Apresentação**

O presente Plano Diretor tem por objetivo manter o alinhamento entre a unidade de TIC do Ministério da Cultura e suas áreas de negócio, buscando assim proporcionar maior eficiência para a utilização dos recursos de TIC, no alcance dos objetivos estratégicos deste Ministério.

O documento foi elaborado em observância com as normas do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), com o intuito de traduzir os documentos de Planejamento Estratégico do órgão em diretrizes concretas, dispondo assim de uma orientação objetiva para o atendimento das necessidades de TIC do Ministério, com base na disponibilidade de recursos disponíveis.

As necessidades elencadas neste PDTIC também são oriundas dos problemas, fraquezas e oportunidades detectadas na análise SWOT da TIC Organizacional; das necessidades levantadas pelas áreas meio e fim através de entrevistas; e das informações obtidas no Plano Nacional de Cultura – PNC, Plano Plurianual – PPA e Carta de Serviços ao Cidadão.

Este planejamento se lança ao triênio de 2018-2020, com o objetivo de realizar suas revisões ordinárias anualmente, e extraordinariamente a qualquer momento quando forem necessárias para manter a Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica (CGTIC) sempre alinhada com as necessidades das áreas de negócio.

Os instrumentos de monitoramento e controle da gestão da unidade de TIC, como o Portfólio de Projetos de TIC, o Catálogo de Serviços de TIC e o repositório de Processos de TIC, têm por objetivo dar viabilidade à implementação das diretrizes apontadas neste planejamento, dessa forma, os planos operacionais de TIC se tornam mais dinâmicos, dando assim respostas mais rápidas às demandas do Ministério da Cultura.

No período proposto por este planejamento, a CGTIC do Ministério da Cultura se coloca no desafio de modernizar os métodos de gestão, e se aproximar do estado da arte e da tecnologia para conseguir prover soluções inovadoras, não apenas para os seus

usuários, mas também para o conjunto do Governo Federal, permitindo-se compartilhar novas experiências e soluções em busca de um modelo de gestão corporativa de Tecnologia da Informação para a Administração Pública Federal, mais eficiente, ágil e responsivo.

## Histórico de Versões

0.1 - Tag

## Sumário

[TOC]

## 1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Cultura, criado pelo Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, desenvolve políticas de fomento e incentivo nas áreas de letras, artes, folclore e nas diversas formas de expressão da cultura nacional. Tem como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural.

A Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC vem assumindo ao longo da última década um papel imprescindível no contexto das Organizações Públicas Brasileiras. O foco principal da TIC é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais.

Além disso, a TIC tem transversalidade sobre vários eixos da organização, tangenciando suas áreas negociais, fato que a tornou fundamental como suporte aos programas de governo, possibilitando a presença do Estado em lugares anteriormente inacessíveis e permitindo que as ações do governo estejam acessíveis e disponíveis ao cidadão. Neste contexto, o planejamento das ações de Tecnologia de Informação e Comunicações no Ministério da Cultura – MinC em particular, se reveste de grande importância para a cultura do país.

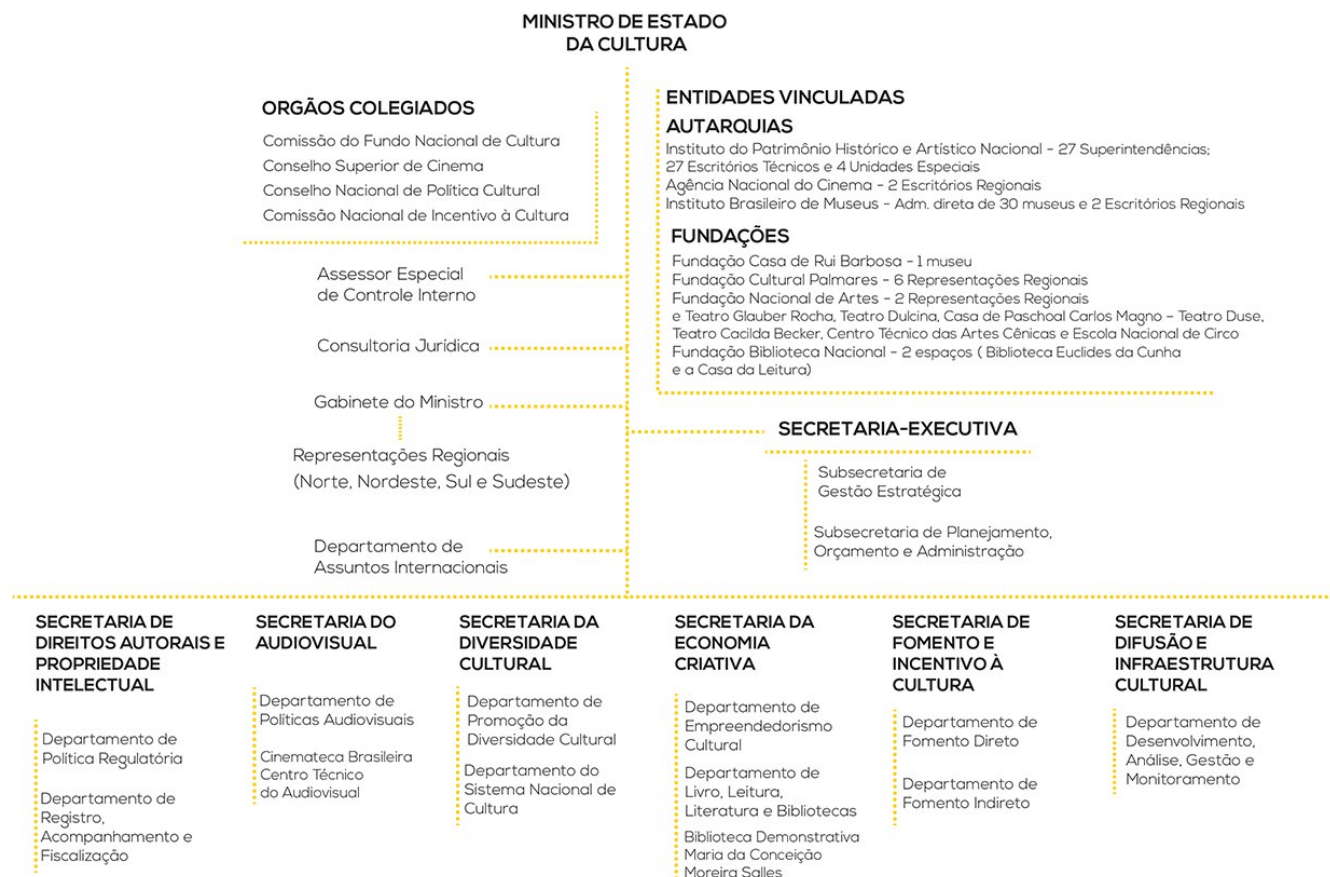
O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicações, com vistas a orientar o atendimento de necessidades tecnológicas e de informação do MinC. Este documento contém as necessidades de informação e soluções para os serviços de TIC, as metas a serem alcançadas, os projetos a serem desenvolvidas, de forma a minimizar o desperdício, garantir o controle e aplicações dos recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar a qualidade do gasto público.

Este trabalho é fruto de um processo participativo de coleta de dados, análise de informações e proposição de ações das diversas áreas deste Ministério, conduzido pela Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica - CGTIC. Teve como premissa principal mapear as necessidades apontadas pelas áreas, alinhando as ações com os Planos estratégicos do órgão, garantindo assim o alinhamento institucional da TIC do Ministério da Cultura.

A execução deste Plano Diretor dar-se-á no período de 2018 a 2020, devendo ser analisado semestralmente pelo Comitê de Governança Digital - CGD para acompanhamento da execução, e, conforme análise, propor-se-á alterações de priorização.

# 1.1 Estrutura Organizacional

Atual estrutura regimental do MinC é regida pelo Decreto nº 9.411, de 18 de Junho de 2018:



O Ministério conta com suas 6 secretarias finalísticas e duas subsecretarias ligadas diretamente à Secretaria Executiva, cada uma com sua função específica. Para dar capilaridade às suas ações, o Ministério também conta com 6 regionais, que atuam de forma descentralizada nas localidades, em busca de facilitar o atendimento do seu público-alvo. Além da sua estrutura própria, o sistema MinC conta ainda com a participação de 7 instituições vinculadas e 4 órgãos colegiados formados com a participação da sociedade.

## 2 TERMOS E ABREVIACÕES

- **MinC** Ministério da Cultura
- **SGE** - Subsecretaria de Gestão Estratégica
- **CGD** Comitê de Governança Digital
- **CGTIC** Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação
- **CGOTI** Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
- **COINT** Coordenação de Infraestrutura Tecnológica
- **COSIS** Coordenação de Sistemas de Informação
- **DPTIC** Divisão de Projetos e Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação
- **DITEL** Divisão de Telefonia
- **TIC** Tecnologia da Informação e Comunicações

- **PD TIC** Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
- **CITIC** Comitê Integrado de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Cultura e de suas Entidades Vinculadas
- **SISP** Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal
- **MGP-TI** Metodologia de Gestão de Projetos de TIC
- **PEI** Planejamento Estratégico Institucional
- **PPA** Plano Plurianual
- **LOA** Lei Orçamentária Anual
- **LDO** Lei de Diretrizes Orçamentárias

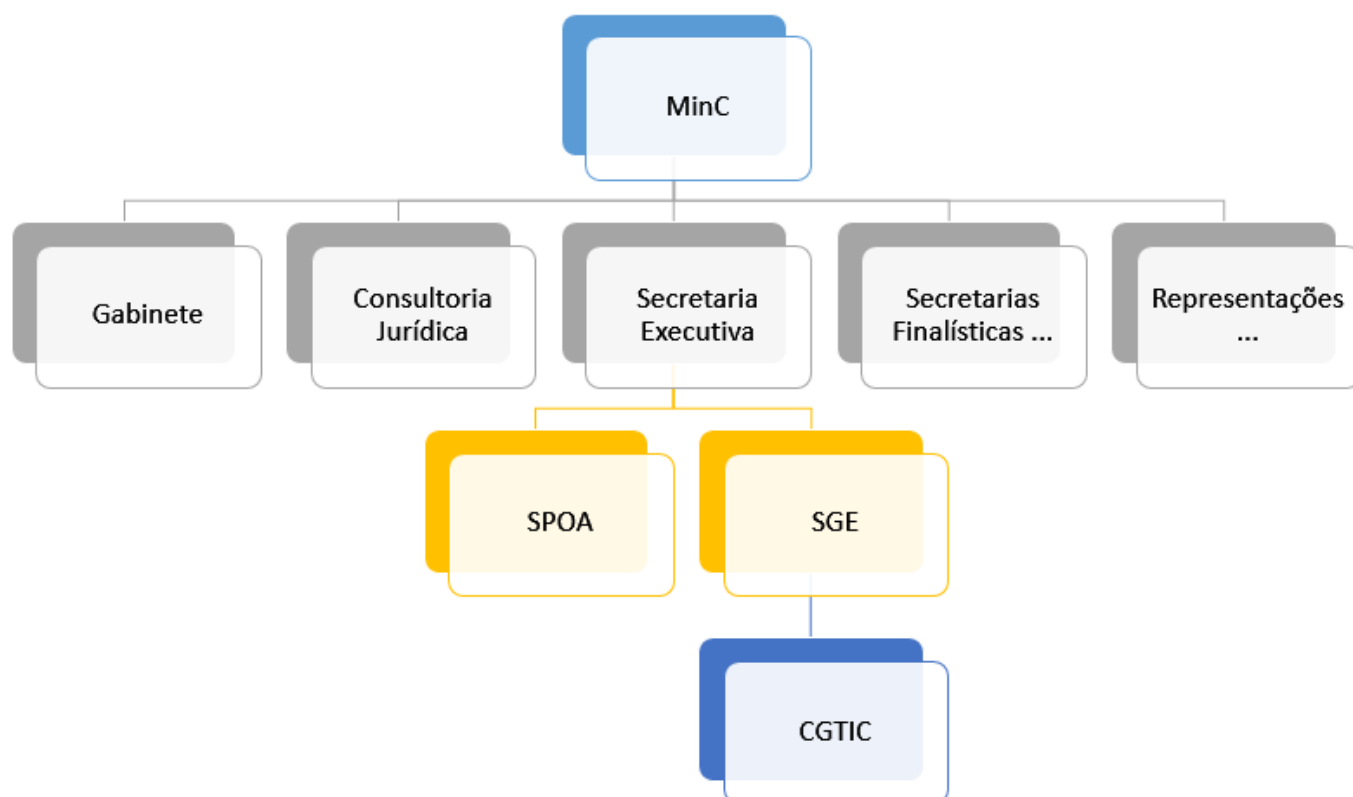
### 3 ORGANIZAÇÃO DA TIC

A Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica – CGTIC é uma unidade subordinada à Subsecretaria de Gestão Estratégica – SGE que, por sua vez, é órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP. A SGE tem suas atribuições definidas no Decreto nº 9.411, de 18 de Junho de 2018.

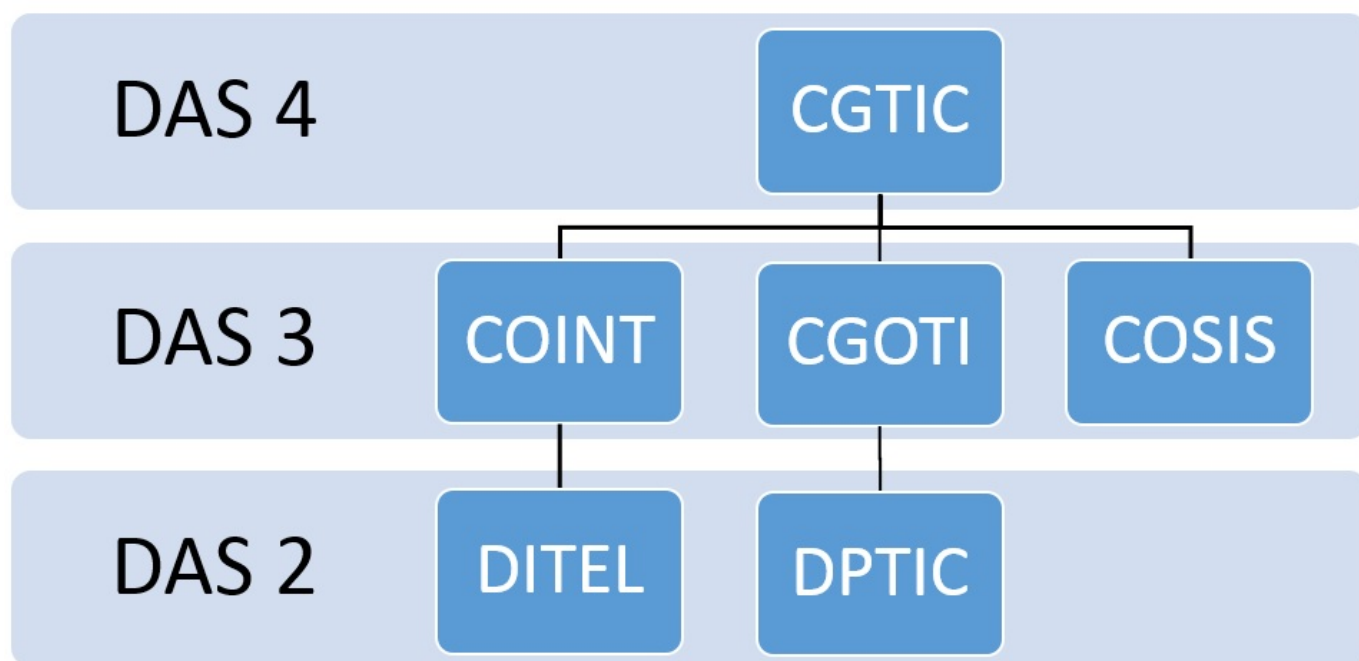
À CGTIC compete normatizar, planejar, coordenar, orientar, executar, e avaliar o desenvolvimento de planos, programas e processos referentes à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação, segurança da informação e comunicações no âmbito do Ministério da Cultura.

A CGTIC propõe diretrizes e implementa políticas de Tecnologia da Informação no Ministério da Cultura em consonância com as orientações, normas e diretrizes definidas pelo órgão central do SISP, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A atual posição da CGTIC na estrutura do MinC está apresentada abaixo:



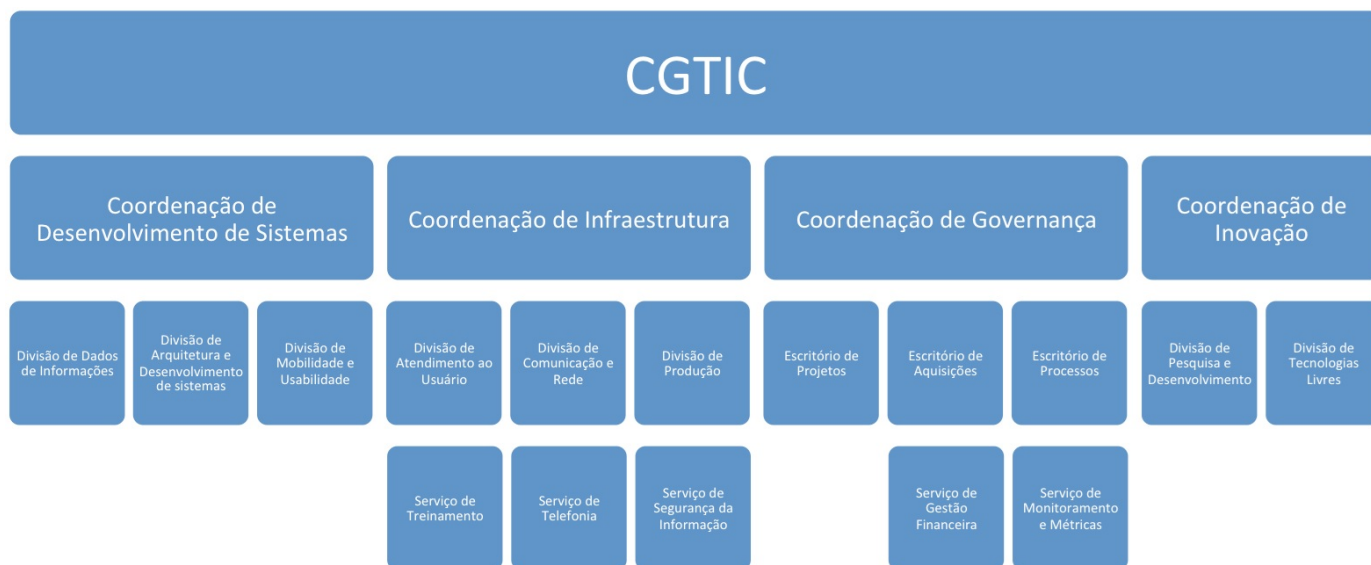
Após a reestruturação do MinC, promovida pelo Decreto nº 9.411, de 18 de Junho de 2018, a atual estrutura da CGTIC está apresentada abaixo:



Ressalta-se que a estrutura da CGTIC sofreu redução em seu quadro de pessoal, as quais foram trazidas pelo Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e após pelo decreto Decreto nº 9.411, de 18 de Junho de 2018. A redução no número de cargos de Direção e Assessoramento Superior foi de 12 para 6, ou seja, uma redução na ordem de 50%. Além disto, esta redução distanciou-se da nova proposta organizacional, a qual é apresentada abaixo. Tal proposta foi elaborada visando a eficiência no cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão. Frisa-se que, apesar da redução estrutural, houve um aumento no número de demandas e projetos de TIC executados concorrentemente, como pode ser constatado no histórico deste plano.

### 3.1 Proposta de estrutura organizacional

Percebe-se que a estrutura da CGTIC conta com uma divisão funcional estruturada de acordo com as necessidades básicas da TIC do órgão. Porém, se faz necessário realizar ajustes para que as estruturas possam funcionar de forma mais eficiente, e com capacidade de inovação, como demonstra a figura abaixo.



A definição de uma Divisão de Mobilidade e Usabilidade se faz necessária na Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas para que a mesma possa garantir a satisfação dos usuários nas suas entregas, baseando-se não apenas na entrega das funcionalidades, mas sim na entrega de uma solução simples e intuitivas, com foco no maior fenômeno da última década, a expansão da utilização de tecnologias móveis.

A especialização da Coordenação de Infraestrutura tem por objetivo garantir a disponibilidade e a qualidade dos serviços prestados. Hoje esta coordenação não conta com uma divisão de produção, parte essencial de sua missão, o que na prática acaba colocando as atribuições desta natureza na responsabilidade do coordenador, gerando sobrecarga e baixa qualidade nessas tarefas. A transformação da divisão de telefonia, em uma divisão de comunicação e rede trás em si o alinhamento com um novo conceito de convergência entre as tecnologias da informação e da comunicação, de forma a facilitar a gestão integrada do link de internet, smartphones, das linhas de telefone VOIP e da telefonia fixa e comutada. Os serviços de treinamento e de segurança da informação tem por objetivo não apenas a especialização de responsabilidades tão críticas, mas principalmente a garantia da execução controlada da qualificação dos usuários do Ministério, de forma contínua e estratégica.

A Coordenação de Governança precisa ampliar suas competências. Se faz urgente a criação de um escritório de aquisições, que seja capaz de monitorar os contratos em andamento, e também seja capaz de planejar de forma qualificada novas aquisições e aditivos contratuais. A falta dessa unidade trás essa responsabilidade para o Coordenador-Geral, o que gera um perigoso risco por não ter na unidade ninguém especializado no tema, tão sensível para o funcionamento da mesma. A criação do escritório de processos por sua vez faz parte da implantação de um ciclo contínuo de amadurecimento dos processos de TIC, desta forma, a qualidade e a segurança dos processos internos se tornará cada vez maior, de forma monitorada e planejada para atender as necessidades do órgão.

Por entender que os desafios da TIC do MinC não são apenas de ordem natural, mas por vezes transcendem os modelos corporativos conhecidos, sugere-se aqui a criação de uma Coordenação de Inovação, capaz de gerar novos conhecimentos, práticas, métodos e tecnologias livres, capazes de agregar valor às entregas realizadas pela unidade, olhando sempre para a possibilidade de surpreender seus usuários e romper com as limitações burocráticas do modelo de gestão corporativa da TI.

## 4 REFERENCIAL ESTRATÉGICO

## 4.1 Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal - EGD

A Governança Digital é a utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz.

De forma a nortear os programas, projetos, serviços, sistemas e atividades relacionados à Governança Digital, o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, determinou ao Ministério do Planejamento, Orçamento, Desenvolvimento e Gestão a edição de uma Estratégia de Governança Digital - EGD, documento que define os objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas da Política de Governança Digital da Administração Pública Federal.

A publicação da EGD se deu por meio da Portaria nº 68, de 8 de março de 2016, a qual a aprovou para o período 2016-2019 e atribuiu à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação a competência de coordenar a formulação, o monitoramento, a avaliação e a revisão da EGD, com participação das demais unidades que atuam como órgão central dos sistemas estruturantes do Poder Executivo federal.

A EGD se baseia em nove princípios que orientam as atividades de governança digital na Administração Pública Federal: Foco nas necessidades da sociedade; Abertura e transparência; Compartilhamento da capacidade de serviço; Simplicidade; Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital; Segurança e privacidade; Participação e controle social; Governo como plataforma e Inovação.

Também são propostos dez objetivos estratégicos, organizados em três eixos estratégicos: Acesso à Informação, Prestação de Serviços e Participação Social, conforme ilustrado a seguir:



## Valor Público (benefícios para a sociedade)

### INFORMAÇÃO

Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos

Ampliar uso de TICs para transparência e publicidade à aplicação dos recursos

Garantir segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão

### SERVIÇOS

Expandir e inovar a prestação de serviços digitais

Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura

Melhorar a governança e a gestão por meio da tecnologia

Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais

### PARTICIPAÇÃO

Fomentar a colaboração no ciclo de políticas públicas

Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade

Ampliar e incentivar a participação na criação e melhoria dos serviços públicos

### PRINCÍPIOS

Abertura e transparência

Inovação

Compartilhamento da capacidade de serviço

Foco nas necessidades do cidadão

Segurança e privacidade

Simplicidade

Governo como plataforma

Participação e controle social

Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital

Percebe-se que a EGD busca estimular as ações de convergência de esforços quanto às infraestruturas, plataformas, sistemas e serviços entre os órgãos. Nesse sentido, o Ministério da Cultura já vem realizando diversas ações tanto com os órgãos integrantes do sistema MinC, por meio de um Comitê Integrado com representantes da TIC de todos os órgãos (será detalhado adiante), como, também, por meio de parcerias com outros entes públicos externos ao sistema MinC.

Nessa toada, vale destacar que o PDTIC MinC 2015-2017 foi completamente revisado para seu alinhamento à época do lançamento da EGD, tendo sido publicada uma versão que foi considerada percussora entre os órgãos. Da mesma forma, para elaboração deste PDTIC 2018-2020 buscou-se o alinhamento integral aos objetivos estratégicos e metas propostas pela EGD.

## 4.2 Estratégia da Organização

O mapa estratégico do Ministério da Cultura – MinC está estruturado em três perspectivas: Inovação e Pessoas, Resultados Institucionais e Referencial Estratégico. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação do órgão. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pelo MinC no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão.



## REFERENCIAL ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Fortalecer as atividades culturais e criativas em todas as regiões brasileiras, elevando sua contribuição para o desenvolvimento do País

### VISÃO

Ser uma instituição relevante para o governo, o setor cultural e criativo e o conjunto da sociedade, afirmando o sentido estratégico da política pública de cultura e ampliando seus resultados



## RESULTADOS INSTITUCIONAIS

### FOMENTO À PRODUÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO SIMBÓLICO E ECONÔMICO DO SETOR CULTURAL

AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA A BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

APRIMORAR CONTINUAMENTE OS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

ESTIMULAR A CRIAÇÃO E FORTALECER A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA

FORTALECER A ECONOMIA DA CULTURA E INSERIR-LA NA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

FORTALECER A INDÚSTRIA, OS SERVIÇOS E AS ATIVIDADES AUDIOVISUAIS

FORTALECER O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO EFICAZ

PRESERVAR E PROMOVER A DIVERSIDADE, A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

PRODUZIR, PRESERVAR E DIFUNDIR CONHECIMENTO CONSTITUTIVO DA CULTURA BRASILEIRA



## INOVAÇÃO E PESSOAS

### INOVAÇÃO

- \* APRIMORAR CONTINUAMENTE OS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
- \* MODERNIZAR A GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- \* GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO EFICAZ

### PESSOAS

- \* DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS
- \* PROMOVER A INTEGRAÇÃO, COMUNICAÇÃO, COOPERAÇÃO E SINERGIA ENTRE AS UNIDADES
- \* ESTRUTURAR E VALORIZAR O QUADRO DE PESSOAL

## VALORES

INCLUSÃO SOCIAL, VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, ACESSO, PROTAGONISMO, MEMÓRIAS E IDENTIDADE, TRANSPARÊNCIA, CIDADANIA CULTURAL, DESCENTRALIZAÇÃO/REGIONALIZAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO, DEMOCRACIA CULTURAL E ESTÍMULO À INOVAÇÃO.

Destaca-se do mapa estratégico acima, a preocupação do Ministério com a inovação por meio da modernização da Tecnologia da Informação. Nota-se que a Tecnologia da Informação é um elemento essencial para o desenvolvimento das políticas públicas culturais, permeando praticamente todas as atividades do Ministério, em função de sua natureza transversal, que presta suporte tecnológico a todas as unidades da organização.

## 4.3 Estratégia de TIC

Tendo como principais referências a Estratégia de Governança Digital do Governo Federal e a Estratégia da Organização, ambas tratadas nos tópicos acima, traçou-se a Estratégia de TIC do Ministério da Cultura, como pode ser observado a seguir:

### Missão da TIC

Oferecer para os usuários do Sistema Minc e para os cidadãos brasileiros uma experiência tecnológica simples e intuitiva, por meio de ferramentas de gestão participativa, de transparência de informações e da oferta de serviços digitais que facilitem a relação do cidadão com as políticas públicas do Ministério da Cultura.

## Visão da TIC

Tornar-se um modelo de gestão corporativa de TIC pública, baseada em colaboração e cooperação, com capacidade de atendimento de alta qualidade para seus usuários, com foco no cidadão, com o apoio de soluções livres, métodos ágeis e governança participativa de TI.

## Valores da TIC

- **Comunicação** – Primar pela comunicação ativa entre unidades e usuários, a fim de proporcionar a troca de ideias, o diálogo e o compartilhamento da informação.
- **Eficiência** – Entregar a informação adequada, no tempo certo, de maneira mais econômica e produtiva.
- **Continuidade** – Ater-se ao que foi planejado, em busca da melhoria contínua.
- **Transparência** – Dar visibilidade nas ações da CGTIC, aos usuários e às unidades.
- **Confiabilidade** – Manter a informação confiável e disponível aos gestores e demais envolvidos.
- **Cooperação** – Atuar em equipe na busca de solução, respeitando as diferenças.
- **Sustentabilidade** – Conquistar a excelência da gestão pela capacidade interna de lidar com as oportunidades e ameaças.
- **Inovação** – Buscar oportunidades que proporcionem melhorias na entrega dos serviços ao MinC.

## 4.4 Diretrizes de TIC

São diretrizes de TIC de acordo com a **Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação** do Ministério da Cultura, publicada na Portaria Nº97, de 13 de outubro de 2017.

### Diretrizes Gerais

- **I** - alinhamento às práticas de Governança de TIC definidas pelo SISP, observando as especificidades e o nível de maturidade da organização;
- **II** - fomento à colaboração visando o compartilhamento e a otimização dos recursos de TIC;
- **III** - a governança de TIC deve utilizar instrumentos de avaliação, direção e monitoramento da gestão de TIC;
- **IV** - as práticas de governança e gestão assim como os planos e ações de TIC devem estar alinhados às estratégias e às necessidades institucionais;
- **V** - todos os indivíduos e grupos dentro da organização devem compreender e aceitar suas responsabilidades com respeito às demandas e ao fornecimento de bens e serviços de TIC; e
- **VI** - as atividades de TIC devem cumprir toda a legislação e normas complementares pertinentes.

### Diretrizes para o Planejamento de TIC

- **I** – elaboração e manutenção de planos de TIC que contemplem objetivos alinhados às estratégias organizacionais;
- **II** – definição de indicadores e fixação de metas para avaliação do alcance dos objetivos estabelecidos;
- **III** - ampla participação das unidades organizacionais na elaboração dos planos de TIC;
- **IV** – alinhamento entre as ações de governança e gestão de TIC; e
- **V** – transparência na execução dos planos de TIC.

## Diretrizes para Gestão de Projetos de TIC

- **I** - documentação mínima necessária: o processo de gerenciamento deve exigir apenas a documentação essencial para a gestão do projeto e para a qualidade do produto final, de acordo com as características de cada unidade do MinC;
- **II** - comunicação transparente: o líder do projeto deve manter comunicação direta e transparente com os envolvidos, produzindo documentação capaz de demonstrar a situação do projeto e viabilizar a tomada de decisões, com grau de formalidade adaptado às necessidades de cada unidade do MinC;
- **III** - atribuições claras e compartilhamento de responsabilidades: o processo deve identificar os principais interessados que assumem papéis no projeto e que participam das reuniões de decisão, de acordo com as suas atribuições e níveis de autoridade;
- **IV** - processo flexível: as fases do ciclo de vida do projeto, as reuniões de decisão e o processo de gerenciamento devem ser flexíveis para atender às diferentes unidades do MinC, áreas de conhecimento, contextos e características específicas dos projetos, observados padrões mínimos sugeridos pela MGP-TI e avaliadas as possibilidades de adaptação; e
- **V** - informação documentada: a MGP-TI concentra-se no conteúdo das informações produzidas no processo de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação e comunicação, possuindo formatos de documentos sugeridos que podem ser adaptados.

## Diretrizes para Gestão de Riscos de TIC

- **I** - fomentar a cultura de gestão de riscos como fator essencial para implantar as estratégias e planos de TIC, a tomada de decisões e o alcance dos objetivos relacionados à TIC;
- **II** - os riscos de TIC devem ser identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados de forma contínua; e
- **III** - a alta administração deverá estabelecer critérios para tratamento dos riscos relacionados à TIC, considerando aspectos legais, financeiros, sociais, culturais, operacionais, tecnológicos e negociais do Ministério da Cultura.

## Diretrizes para Gestão dos Serviços de TIC

- **I** - os serviços de TIC devem ser incluídos e formalizados no Catálogo de Serviços de TIC;
- **II** - os níveis de serviços de TIC devem ser definidos e revisados periodicamente;
- **III** - os processos operacionais, a infraestrutura e as aplicações devem ser gerenciados de forma a cumprir os níveis de serviços; e
- **IV** - os usuários dos serviços de TIC devem observar a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) vigente no âmbito do MinC.

## Diretrizes para Provimento de Soluções de TIC

- **I** - concepção de soluções de TIC com foco no usuário, na otimização dos processos de trabalho, na integração de soluções e informações, na reutilização de dados ou componentes e na ampliação da oferta de serviços em meio digital;
- **II** - as plataformas tecnológicas governamentais devem implementar soluções em software livre e dados abertos, alinhadas às melhores práticas de governo aberto, garantindo os princípios constitucionais e a soberania tecnológica;
- **III** - consideração, quando da concepção de soluções de TIC a serem desenvolvidas ou adquiridas, de requisitos não funcionais relevantes, em especial dos requisitos de segurança da informação e dos requisitos relativos à disponibilidade, ao desempenho e à usabilidade da solução;
- **IV** - o provimento de soluções de TIC por meio de contratações devem observar a legislação pertinente em vigor, as boas práticas e as orientações dos órgãos de controle;
- **V** - sempre que aplicável, a remuneração pelo provimento de soluções de TIC deve ser definida em função de resultados com monitoramento e revisão periódica de Acordos de Nível de Serviço;
- **VI** - as arquiteturas e padrões tecnológicos devem satisfazer critérios técnicos adequadamente definidos e que se baseiem, preferencialmente, em padrões comuns de mercado e em diretrizes institucionais ou do Poder Executivo Federal; e
- **VII** - atuação proativa e continuada com vistas à identificação de lacunas de conhecimento e ao desenvolvimento de competências dos usuários previamente à implantação de novas soluções de TIC.

## 4.5 Objetivos Estratégicos da TIC

Para definir os objetivos estratégicos de TIC do Ministério da Cultura, utilizou-se como referência a Estratégia de Governança Digital do Governo Federal, a Estratégia Organizacional, bem como inspiração na metodologia do Balanced Scorecard de TIC, como orientado pela ISACA e com base no BSC tradicional. Ressalta-se, porém, que as dimensões estratégicas foram orientadas para o cenário organizacional onde a TIC se encontra. Dessa forma, definiu-se os objetivos estratégicos de TIC do Ministério da Cultura descritos abaixo:

### Orientado ao Cidadão

- **OE.01** - Ampliar a oferta de serviços digitais de forma a potencializar as políticas públicas culturais
- **OE.02** - Fomentar a abertura de dados e estimular a participação social na construção de melhores serviços públicos

### Processos e Usuários Internos

- **OE.03** - Aumentar o nível de maturidade dos processos de TIC
- **OE.04** - Estimular a Gestão do Conhecimento no MinC
- **OE.05** - Aprimorar práticas de gestão da qualidade dos serviços de TIC

### Orientado aos Recursos

- **OE.06** - Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura de TIC com outros órgãos

### Inovação e Crescimento

- **OE.07** - Modernizar e ampliar a estrutura funcional da área de TIC
- **OE.08** - Potencializar o uso de inteligência artificial e ciência de dados no desenvolvimento de soluções de TIC
- **OE.09** - Estimular o uso e compartilhamento de tecnologias livres
- **OE.10** – Impulsionar a inovação nos processos de desenvolvimento de software em parcerias com universidades

## 4.6 Plano de Metas e Indicadores de TIC

As metas estabelecidas ajudam a direcionar as ações de TIC com foco nos seus objetivos estratégicos. As metas aqui definidas deverão ser monitoradas pelo Comitê de Governança Digital - CGD, e poderão ser alteradas a qualquer momento por aquele Comitê. A tabela abaixo demonstra as metas e indicadores a serem monitorados, no período proposto, para garantir a persecução dos objetivos estratégicos de TIC:

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta
OE.01 – Ampliar a oferta de serviços digitais de forma a potencializar políticas públicas culturais	Número de serviços digitais integrados à Plataforma de Cidadania Digital	<b>2018:</b> 2 <b>2019:</b> 4 <b>2020:</b> 6
OE.02 - Fomentar a abertura de dados e estimular a participação social na construção de melhores serviços públicos	Índice de implementação das ações do Plano de Dados Abertos do Sistema MinC	<b>2018:</b> % <b>2019:</b> % <b>2020:</b> %
OE.03 - Aprimorar o nível de maturidade dos processos de TIC	Número de processos de TIC mapeados e executados	<b>2018:</b> 3 <b>2019:</b> 6 <b>2020:</b> 9
OE.04 - Estimular a Gestão do Conhecimento no MinC	Quantidade de Wikis ou outras plataformas digitais disponibilizadas às áreas do MinC	<b>2018:</b> 4 <b>2019:</b> 6 <b>2020:</b> 8
OE.05 - Aprimorar práticas de gestão da qualidade dos serviços de TIC	Média anual do índice de satisfação do canal de atendimento dos usuários de TIC	<b>2018:</b> 90% <b>2019:</b> 93% <b>2020:</b> 97%
	Nota da pesquisa anual de satisfação com os serviços de TIC (Escala de 1 a 5)	<b>2018:</b> 3,5 <b>2019:</b> 4,0 <b>2020:</b> 4,2
	Média anual do índice de satisfação dos usuários com relação aos sistemas desenvolvimentos (Escala de 1 a 5)	<b>2018:</b> 3,0 <b>2019:</b> 3,5 <b>2020:</b> 4,0
OE.06 - Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura de TIC com outros órgãos	Quantidade de órgãos de cultura estaduais e municipais com que o MinC compartilha recursos de TIC	<b>2018:</b> 40 <b>2019:</b> 60 <b>2020:</b> 80
	Quantidade de órgãos do SISP com que o MinC compartilha recursos de TIC	<b>2018:</b> 2 <b>2019:</b> 4 <b>2020:</b> 6
OE.07 - Modernizar e ampliar a estrutura funcional da área de TIC	Servidores com formação superior na área de TIC	<b>2018:</b> 12 <b>2019:</b> 14 <b>2020:</b> 18
	Quantidade de capacitações realizadas por servidores da área de TIC	<b>2018:</b> 8 <b>2019:</b> 10 <b>2020:</b> 12
	Divisão funcional dentro da área de TIC com cargo de gestão	<b>2018:</b> 6 <b>2019:</b> 10 <b>2020:</b> 13
OE.08 - Potencializar o uso de inteligência artificial e ciência de dados no desenvolvimento de soluções de TIC	Número de assistentes virtuais implantados em sistemas do MinC	<b>2018:</b> 1 <b>2019:</b> 2 <b>2020:</b> 3
OE.09 - Estimular o uso e compartilhamento de tecnologias livres	Número de novas soluções disponibilizadas em repositórios abertos	<b>2018:</b> 30 <b>2019:</b> 30 <b>2020:</b> 30

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta
OE.10 – Impulsionar a inovação nos processos de desenvolvimento de software em parcerias com universidades	Quantidade de projetos desenvolvimentos em parcerias com universidades	<b>2018:</b> 6 <b>2019:</b> 12 <b>2020:</b> 18
	Implementação de nova Metodologia de Software	<b>2018:</b> 10% <b>2019:</b> 40% <b>2020:</b> 50%

## 4.7 Estratégia do Comitê Integrado de Tecnologia da Informação CITIC

O Comitê Integrado de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Cultura e de suas Entidades Vinculadas foi formalmente instituído pela Portaria Nº 092, de 22 de Setembro de 2017.

O objetivo é a unificação e otimização dos recursos de TICs de seus participantes, de forma a racionalizar o gasto público e proporcionar novas soluções compartilhadas entre as infraestruturas, os sistemas estruturantes e os dados dos participantes.

Considerando a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal, o CITIC coloca-se como interlocutor em referência ao objetivo estratégico “compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura”.

### 4.7.1 Participantes do CITIC

- **MinC** Ministério da Cultura
- **ANCINE** Agência Nacional do Cinema
- **FBN** Fundação Biblioteca Nacional
- **FCRB** Fundação Casa de Rui Barbosa
- **FCP** Fundação Cultural Palmares
- **FUNARTE** Fundação Nacional de Artes
- **IBRAM** Instituto Brasileiro de Museus
- **IPHAN** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

### 4.7.2 Competências do CITIC

- Articular e promover **ações conjuntas relativas aos recursos de TIC**
- Promover o intercâmbio de conhecimento entre seus participantes com o objetivo de **uniformizar a governança e a gestão dos recursos de TIC**
- Orientar o Comitê de Governança Digital do MinC e instâncias equivalentes dos participantes, no sentido de **viabilizar o compartilhamento** de:
  - b) metodologias, tecnologias e demais recursos de TIC
  - a) processos e procedimentos para aquisição de bens e contratação de serviços na área de TIC de uso comum.

### 4.7.3 Cenário atual e perspectivas para o CITIC

Atualmente, cada participante do CITIC possui uma gestão de recursos de TIC própria. Neste cenário podemos encontrar redundâncias no trato dos sistemas estruturantes (SEI, RH, Pontos), além de redundâncias nos sistemas e dados finalísticos dos participantes. Uma atuação desejável para o CITIC seria a redução das redundâncias na alocação de sistemas estruturantes, bem como o compartilhamento de soluções para as áreas finalísticas, como os sistema Mapas Culturais.

Do ponto de vista da infraestrutura, alguns ativos de rede podem ser absorvidos por participantes e outros compartilhados, com vistas a diminuir o gasto público na gestão dos mesmos. Com o aumento de controle e a gestão dos ativos de rede controlados pelo CITIC, pode-se utilizar a redundância física dos ativos para mitigar o risco com os desastres.

## 4.8 Análise SWOT

Forças (S)	Fraquezas (W)
Integração crescente com áreas finalísticas no processo de desenvolvimento de software e portais	Pouca divulgação e aplicação incipiente da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC)
Metodologia de gestão de projetos instituída	Deficiência na comunicação dos serviços e resultados de TIC
Plano de Dados abertos integrado do Sistema MinC	Inexistência de escritório de aquisições de TIC
Catálogo de Serviços orientado aos usuários	Ausência de um Plano de Continuidade de Negócios
Cargos de gestão ocupados por servidores carreira	Reduzido quadro de servidores
Automação dos processos de desenvolvimento de software	Falta de cultura de processos
Utilização das últimas tecnologias de mercado	
Apoio da SGE e da Alta Administração	
Inovação no desenvolvimento de software	
Rede de laboratórios de software livre em Universidades Federais	

Oportunidades (O)	Ameaças (T)
Simplificar o desenvolvimento de novas soluções por meio do uso intenso de software livre	Alta rotatividade dos dirigentes do negócio
Prover plataformas (IaaS,PaaS,SaaS) como serviço para entes da Administração Pública	Corte de orçamento de TIC
Promover a integração do Sistema MinC por meio do Comitê Integrado de TIC formalmente instituído	Interferência da política externa que impacta nas decisões estratégicas e operacionais internas
Aprimorar canais de comunicação para envolvimento prévio da CGTIC nos projetos finalísticos	Superestimação das atribuições da CGTIC pelas áreas finalísticas
Cooperação com outros órgãos da administração pública no compartilhamento de boas práticas de TIC	Processos de negócio do Ministério não são mapeados na sua totalidade
Implantar tecnologias para gestão do conhecimento institucional	Todas as áreas finalísticas dependem dos serviços de TIC para o alcance dos objetivos estratégicos



Oportunidades (O)	Ameaças (T)
Organizar, simplificar e customizar a prestação de serviços de TIC	Não é realizada uma efetiva gestão da informação
Ampliar a divulgação dos serviços oferecidos pela TIC	Baixa periodicidade de reuniões do Comitê de Governança Digital

## 4.9 Fatores Críticos de Sucesso

Os fatores levantados como críticos para a efetiva implantação e consequente obtenção dos resultados previstos pela TIC são:

- Manter o compromisso da alta administração, por meio do Comitê de Governança Digital, de forma a patrocinar a execução e cumprimento deste PDTIC;
- Garantir a participação da TIC no planejamento das iniciativas estratégicas organizacionais;
- Garantir recursos orçamentários, financeiros e humanos para a execução das ações e dos projetos do PDTIC;
- Aprimorar as estruturas de governança de TIC, conforme ações propostas no PDTIC;
- Revisão periódica deste PDTIC pelo CGD;

## 4.10 Documentos de Referência

- Plano Nacional de Cultura
- Estrutura Regimental do MinC- Decreto Nº 8.837, de 17 de agosto de 2016
- Lei Orçamentária Anual - LOA 2018
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018
- Metas do Plano Plurianual – PPA – Ministério da Cultura
- PDTIC 2015-2017
- Guia PDTIC do SISP
- Estratégia de Governança Digital - EGD 2016-2019
- Política de Governança Digital - Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016
- Instrução Normativa MP/SLTI 004/2014
- Plano de Dados Abertos do MinC - 2017/2018
- Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - Portaria Nº97, de 13 de outubro de 2017
- Atribuições do Comitê Integrado de Tecnologia da Informação - Portaria Nº 92, de 9 de outubro de 2017
- Atribuições do Comitê de Governança Digital no âmbito do Ministério da Cultura - Portaria Nº 3, de 17 de janeiro de 2017
- [Site do Ministério sobre Normas de TIC](#)

## 5 METODOLOGIA APLICADA PARA ELABORAÇÃO

A elaboração deste PDTIC orientou-se pelas boas práticas estabelecidas no documento Guia de PDTIC do SISP. O fluxo de execução do projeto de elaboração seguiu o modelo proposto pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC do Ministério do Planejamento, por meio da metodologia que orienta a realização em três fases principais:



Preparação

Diagnóstico

Planejamento

## 5.1 Preparação

Preparar para Criação/Revisão do PDTIC - Consolidação dos documentos de referência e identificar as estratégias da organização, princípios e diretrizes.

## 5.2 Diagnóstico

- **Avaliar resultados do PDTIC Anterior** - O PDTIC 2015-2017 serviu de base para toda a revisão e construção do diagnóstico.
- **Analisar o referencial estratégico de TIC** - Levantou-se quais são os problemas a serem resolvidos ou oportunidades de melhoria relacionados ao PDTIC, que é o referencial estratégico da TI.
- **Análise da organização de TIC** - Analisou-se o contexto geral da CGTIC na organização e sua estrutura organizacional. Identificamos alguns problemas e oportunidades, que foram inseridos no inventário de necessidades.
- **Análise SWOT da TIC** - Durante a avaliação do PDTIC anterior foi realizada a análise de inserção da TIC Corporativa, Análise SWOT da TIC Organizacional, pela equipe da CGTIC.
- **Identificar necessidades** - Para um levantamento mais específico das áreas de negócio em relação as necessidades de TIC, foram realizadas reuniões com as áreas de negócio de forma a identificar as necessidades de cada área. O histórico desse trabalho é apresentado no anexo II.

## 5.3 Planejamento

Com o diagnóstico finalizado e revisado, as necessidades de TIC foram priorizadas com base em uma metodologia, agrupadas por similaridade e assim foram propostos projetos para o seu atendimento.

# 6 RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

O PDTIC anterior, com vigência entre os anos 2015 e 2017, 10 Objetivos Estratégicos TIC que foram desdobrados em 14 metas que por sua vez foram traduzidas em Necessidades de Sistemas de Informação e Softwares, Necessidades de Infraestrutura e Comunicações, Necessidades de Serviços de TIC e Necessidades de Pessoal e Capacitação.

## 6.1 Análise das Metas do PDTIC 2015-2017

ID	Descrição da Meta	Indicador da Meta	2015	2016	2017	Análise
1.1	Integrar sistemas por meio de uma identidade única	% de sistemas do portfólio com acesso unificado	20%	60%	90%	<b>Parcialmente Atendida</b>
1.2	Disponibilizar carta de serviços do Minc	Carta de serviços do Minc publicada/revisada	1	1	1	<b>Atendida</b>
2.1	Melhorar a satisfação do usuário de TIC	Nota na Pesquisa anual de satisfação, com escala de 1 a 5	2	3	4	<b>Atendida</b>
3.1	Assegurar disponibilidade de acesso à internet	Porcentagem de tempo disponível em relação ao período	85%	92%	99%	<b>Atendida</b>
4.1	Mapear processos de TIC	Processos mapeados (COBIT)	1	3	5	<b>Parcialmente Atendida</b>
5.1	Publicar o resultado do monitoramento dos ativos e serviços da TIC	Relatório publicado	1	4	4	<b>Não Atendida</b>
6.1	Publicar padrão de usabilidade	Padrão de usabilidade publicado/revisado	1	1	1	<b>Não Atendida</b>
6.2	Garantir a qualidade dos sistemas desenvolvidos	Satisfação dos usuários com relação aos sistemas desenvolvidos (1 à 5)	2	3	4	<b>Atendida</b>
7.1	Criar repositórios abertos com o código-fonte dos sistemas desenvolvidos	Número de soluções do com código-fonte aberto	3	10	15	<b>Atendida</b>
7.2	Publicar normativo de licenciamento de código-fonte	Normativo publicado/revisado	1	1	1	<b>Não Atendida</b>
8.1	Realizar eventos de capacitação em serviços digitais	Evento de capacitação realizado	3	6	6	<b>Atendida</b>
9.1	Desenvolvimento de Software baseado em inovação	Parcerias realizadas	3	5	8	<b>Atendida</b>
10.1	Ampliar a quantidade de servidores na TIC	Servidores com formação superior alocados na TIC	20	24	40	<b>Não Atendida</b>
10.2	Ampliar a capacidade de desenvolvimento de sistemas	Capacidade de projetos de sistemas simultâneos	11	15	20	<b>Atendida</b>

Das 14 metas acima analisadas obteve-se o seguinte resultado:

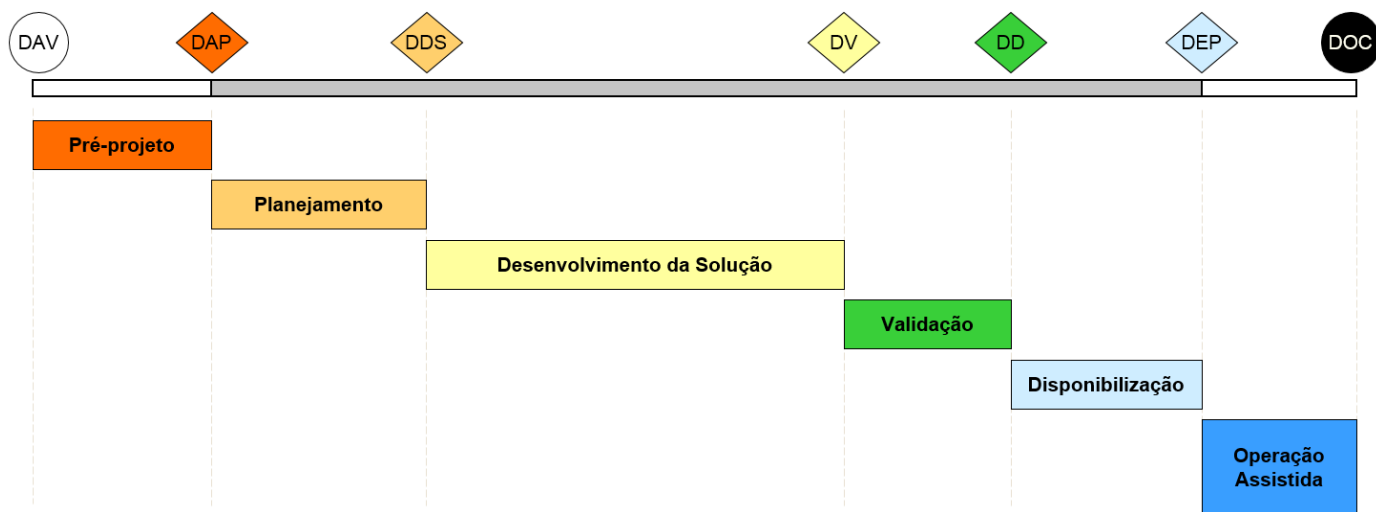
- **8 Atingidas**
- **2 Parcialmente Atendidas**
- **4 Não atendidas**

## 6.1 Análise dos Projetos do PDTIC 2015-2017

Importante frisar que as ações tomadas para atender as necessidades levantadas no PDTIC anterior foram projetizadas.

## 6.1.1 Metodologia de Gestão de Projetos de TIC - MGP-TI

Para executar a gestão dos projetos de TIC é utilizada a Metodologia de Gestão de Projetos de TIC – MGP-TI, baseada nos conceitos do Projects IN Controlled Environments - PRINCE2, que permite a gestão compartilhada das decisões dos projetos com os seus interessados, além de oferecer um controle detalhado do escopo, prazo, custos, qualidade e riscos dos projetos de TI.



Esta definição foi formalizada com a Portaria No 687, de 20 de Outubro de 2015, publicada no Boletim Administrativo, Edição Extra, de 20 de outubro de 2015. Tal portaria dispõe sobre a Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação – MGP-TI, no Ministério da Cultura.

## 6.1.2 Projetos 2015-2017

o portfólio de projetos no período 2015-2017 totalizou **163 projetos de TI**. A tabela analisada para compor os resultados pode ser vista em [Projetos de TIC 2015 a 2017](#). O resultado dessa análise é apresentado a seguir:

### Resultados da Situação geral dos Projetos

Situação	Qtd	%
Não Iniciado	24	15%
Pré-projeto	5	3%
Em execução	21	13%
Concluído	72	44%
Suspenso	20	12%
Cancelado	21	13%

### Quantitativo de Projetos por Tipo

Tipo	Qtd	%
Infra	29	18%

Tipo	Qtd	%
Desenvolvimento	74	45%
Governança	22	13%
Aquisição	38	23%

Resultados dos Projetos de Infraestrutura

Situação dos Projetos de Infra	Qtd	%
Não Iniciado	5	17%
Pré-projeto	1	3%
Em execução	4	14%
Concluído	13	45%
Suspenso	4	14%
Cancelado	2	7%

Resultados dos Projetos de Desenvolvimentos de Sistemas

Situação dos Projetos de Desenvolvimento	Qtd	%
Não Iniciado	10	14%
Pré-projeto	0	0%
Em execução	12	16%
Concluído	38	51%
Suspenso	11	15%
Cancelado	3	4%

Resultados dos Projetos de Governança de TI

Situação dos Projetos de Governança	Qtd	%
Não Iniciado	3	14%
Pré-projeto	0	0%
Em execução	3	14%
Concluído	11	50%
Suspenso	2	9%
Cancelado	3	14%

Resultados dos Projetos de Aquisições em TIC

Situação dos Projetos de Aquisição	Qtd	%
Não Iniciado	6	16%
Pré-projeto	4	11%
Em execução	2	5%
Concluído	10	26%
Suspenso	3	8%
Cancelado	13	34%

## 6.2 Relatório de Resultados

Além de apontar a evolução da TIC em relação às ações previstas no PDTIC 2015-2017, foram analisadas as razões pelas quais os projetos não puderam ser concluídos, tiveram sua execução suspensa ou foram cancelados. As justificativas se dividem em falta de recursos humanos e mudança de prioridade. Quanto ao fator mudança de prioridade, cabe destacar que durante a vigência de 3 anos ocorreram alterações estruturais no Ministério e troca de representantes na alta administração do Ministério. Como resultado dessas mudanças é natural que algumas necessidades percam a prioridade chegando a serem desnecessárias.

Analisando os dados referentes às justificativas da não realização dos projetos, infere-se que se houvesse um maior número de recursos humanos teríamos uma maior execução dos projetos previstos. Outro ponto relevante seria uma maior disponibilidade de tempo do Comitê de Governança de Digital para se reunir com a finalidade de aprovar as alterações de priorização.

## 7 INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

O inventário de necessidades de TIC foi elaborado com base nas demandas apresentadas pelas áreas do Ministério, com apoio e suporte da equipe de revisão do PDTIC. O inventário é dividido em 4 tipos de necessidades: Necessidade de Serviços de TIC, Necessidade de Infraestrutura de TIC, Necessidade de Contratação de TIC, Necessidade de Informação.

As necessidades apresentadas foram comparadas e agrupadas, de forma a demonstrar as áreas que apresentaram as mesmas demandas.

O processo de levantamento das necessidades de TIC foi realizado com todas as áreas do Ministério. A alta quantidade de necessidades mapeadas revela uma demanda reprimida dos usuários de TIC, que sentem a necessidade de perceber a tecnologia mais presente no seu dia-a-dia.

A carência de tecnologia percebida no órgão lança um desafio para o período, não apenas de atender esse grande quantitativo de demandas, o que demanda grandes volumes de recursos orçamentários e de pessoas, mas principalmente o desafio de entender quais demandas devem ser tratadas com prioridade, de forma a colocar os recursos de TIC a disposição daquelas demandas que precisam de mais atenção, ou que podem agregar maior valor para o Ministério.

O atendimento das necessidades se dará por meio da criação de projetos no Portfólio de TI, que será o principal instrumento de planejamento operacional a ser monitorado e priorizado pelo Comitê de Governança Digital.

## 7.1 Inventário de Necessidades Identificadas

### 7.1.1 Necessidade de Serviços de TIC

São necessidades por serviços que envolvam soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, tanto para execução pela própria área de TIC do Ministério como para execução indireta por empresas contratadas.

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NS1	Acompanhamento de rendimento por servidor vinculado ao SEI		SPOA
NS2	Acompanhamento e controle de saldos das notas de empenho e saldos de contratos - SIMINC		SPOA
NS3	Acompanhamento histórico de tramitações		SPOA
NS4	Banco de informações das fichas de monitoramento das metas do PNC	Atualmente, a coleta das informações do Sistema MinC é feita por meio de fichas de monitoramento em documento Word. Após as análises dessas fichas, as informações são sistematizadas em fichas no Excel. Cada meta possui o seu próprio documento. Devido à fragilidade do próprio excel (mudança de fórmulas de cálculo, perda de vínculos das fórmulas...) é importante que essas fichas sejam sistematizadas em um banco de informações próprio, até para controlar as últimas alterações feitas nas informações.	SDAPI,
NS5	Base de Dados integrada ao Sistema de Registro de Direitos Autorais	Mapeamento, digitalização das informações e do acervo do EDA-FBN e integração ao Sistema de Registro e Gestão de Direitos Autorais.	SDAPI
NS6	Coleta de informações das fichas de monitoramento das metas do PNC	Atualmente, está em construção junto à CGTEC e à SPOA a adaptação do SIMINC para que ele possa substituir a forma de coleta de informações junto ao Sistema Minc, que é feita por meio de fichas de monitoramento em documento word.	SDAPI,
NS7	Consulta Pública	Realizar o suporte técnico para utilização do Delibera na Plataforma do CNPC durante a realização de Consultas Públicas	SDAPI,
NS8	Controle de concessão de cartões de acesso dos servidores ao prédio e garagem	Desenvolvimento de sistema	SPOA,

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NS9	Controle dos contratos terceirizados	Software para controle das informações relacionadas a fiscalização e gestão dos contratos: Prazos de vigência, saldo de empenho, controle das glosas e níveis de serviços, etc.	SPOA,
NS10	Debate - Sistema Delibera na Plataforma do CNPC	Realizar o suporte técnico para utilização do Delibera na Plataforma do CNPC durante a realização de Debates	SDAPI,
NS11	Desenvolvimento de sistema cadastral para proponentes	Reunir todas as informações necessárias quanto aos dados básicos de cada um(RG do prefeito, ata de posse, regularidades fiscais etc)	SDC
NS12	Ferramenta para cadastro das irregularidades nas prestações de contas	Levantou-se nos GTs de prestação de contas de Convênio e Lei Rouanet a necessidade de se desenvolver uma solução para cadastro das entidades que apresentarem irregularidades em suas prestações de contas tanto em Convênios como nos incentivos fiscais de forma a possibilidade o desarquivamento de processos arquivados dos mesmos para análise posterior.	GM,
NS13	Gestão de Pessoas	A COGEP trabalha com o RHSis, sistema ultrapassado que apresenta inúmeras falhas de execução o que impossibilita sua atualização. O sistema tornou-se obsoleto devido sua plataforma ultrapassada e cuja funcionalidades foram desenvolvidos por software proprietário.	SGE,
NS14	Integração do Sistema de Ouvidoria ao e-Ouv (CGU)	Tal ação visa cumprir o estabelecido em portaria CGU acerca da disponibilização das informações da Ouvidoria MinC em tempo real à Ouvidoria-Geral da União.	GM, SPOA,
NS15	Integração dos bancos de dados do MEC aos da Política Nacional de Cultura Viva	A SDC já realizou um projeto piloto( <a href="http://culturaeduca.cc">culturaeduca.cc</a> ) de mapeamento de iniciáticas e Infraestruturas culturais e educacionais na cidade do Recife. Esforços foram feitos por parte da Coordenação-Geral de Cultura e Educação de expandir esse cruzamento de dados	SDC,
NS16	Mapa do Sistema Nacional de Cultura	Customização do Mapa da Cultura para Mapa do Sisitema Nacional de Cultura	SDAPI,
NS17	Melhoria no sistema solicitonet.	Sistema de solicitação de serviços do MinC.	SPOA,
NS18	Melhorias e ajustes na Plataforma Rede Cultura Viva	A plataforma Rede Cultura Viva, em <a href="http://culturaviva.gov.br/">http://culturaviva.gov.br/</a> , foi implementada a partir do ano de 2015, com o objetivo de fornecer um sistema confiável para mapear os Pontos de cultura, além de fornecer diversas funcionalidades, como visualização de even	SDC,
NS19	Melhorias no sistema ePraças	Finalizar o desenvolvimento do sistema ePraças, incluindo os módulos de Relatórios e Comunicação; Proceder as melhorias necessárias nos módulos já desenvolvidos, com foco em usabilidade e solução de bugs	SEINFRA,
NS20	Módulo de Registro de Direitos Autorais	Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema de Registro e Gestão de Direitos Autorais, voltado à inscrição de criadores (id), registro de obras intelectuais protegidas com certificação de anterioridade e depósito digital da obra.	SDAPI



ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NS21	Módulo do Sistema de Gestão Coletiva voltado à habilitação das entidades.	Desenvolvimento de ferramenta adequada para o recebimento dos pedidos de habilitação, atualização de informações, renovação de habilitação, geração de relatórios, auditoria e fiscalização das informações recebidas	SDAPI
NS22	Monitoramento das informações dos planos estaduais e municipais	Hoje existem 173 planos municipais e 13 estaduais, porém, ainda não é possível coletar as informações desses planos de cultura, para agregá-las nas informações de monitoramento do PNC.	SDAPI,
NS23	Painel de indicadores do PNC	É importante que exista um painel de indicadores que agregue todas as informações coletadas por meio do monitoramento das metas do PNC. Atualmente, está em desenvolvimento o Metabse, porém, este software para ser operado adequadamente necessita de um conhecimento específico em tecnologia da informação, não sendo possível, até o presente momento, a sua operacionalização.	SDAPI,
NS24	Plataforma do Sistema Nacional de Cultura	Desenvolver uma nova plataforma do Sistema Nacional de Cultura para a realização de todo o processo de adesão, chamamentos públicos e tutoriais em EAD	SDAPI,
NS25	Portais	Portal da Rouanet - Acessibilidade e Usabilidade, Portal do Investidor	SEFIC
NS26	Preparação do Mapas Culturais para Premiação de Iniciativas Socioculturais das Praças CEUs	Desenvolver as configurações necessárias para usar o módulo de oportunidades do Mapas para a operacionalização do Edital de Premiação de Iniciativas Socioculturais das Praças CEUs	SEINFRA,
NS27	Processo eleitoral do CNPC	Ativar a plataforma do Vota Cultura e realizar as melhorias necessárias para utilização da Plataforma durante o processo eleitoral do CNPC	SDAPI,
NS28	Provedor Dinâmico de Informações	Desenvolvimento de uma plataforma web que disponibilize ao usuário repositório de jurisprudências com a temática de direitos autorais, artigos acadêmicos, teses de mestrado/doutorado, legislação com buscador, pareceres e decisões da SDAPI/MinC, recursos didáticos audiovisuais, realize a gestão de consultas públicas das matérias da SDAPI etc.	SDAPI
NS29	Publicação na Intranet	Liberação de Acesso para que a COGEP possa publicar conteúdos correlatos a área na Intranet, com os treinamentos necessários, com o objetivo de aperfeiçoamento na comunicação entre a coordenação e os servidores do Minc. Ressalta-se que a ASCOM liberou o acesso mas a parte técnica e treinamento não foram providenciados pela CGTEC.	SGE,
NS30	Reformulação do Portal institucional	Desenvolvimento de sistema	SEFIC, GM, SGE
NS31	Sistema cadastral para proponentes	Tal cadastro central daria celeridade a diversos processos no ministério	SDC,

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NS32	Sistema de capacitação	Realizar o controle dos cursos ofertados pelo MinC (monitoramento, informações do curso, valores, entre outros), bem como o registro das capacitações realizadas pelos servidores em cada exercício. Fornecer informações orçamentárias, relatórios, gráficos; quantitativo de capacitações realizadas por servidor, descrição das capacitações, tipo da capacitação, instituição promotora e custo. Permitir a realização da Avaliação de Reação/Impacto das capacitações (envio de formulário eletrônico ao término das capacitações ofertadas pelo MinC aos servidores).	SGE,
NS33	Sistema de Controlar de atendimentos telefonicos	Necessário software de controle de atendimentos telefônicos e presenciais	GM, SGE,
NS34	Sistema de controle de reembolsos	Realizar o registros de lançamentos de reembolsos; alertar sobre prazos para cobranças aos servidores relativos às regras estabelecidas na legislação do Programa de Incentivos Educacionais do MinC. Realizar controle orçamentário, emitir relatórios e gráficos.	SGE,
NS35	Sistema de endomarketing	Desenvolvimento de Sistema	SEFIC
NS36	Sistema de estágio probatório	Realizar o controle de servidores que devem ser submetidos às avaliações de estágio probatório, bem como enviar alertas sobre proximidade dos prazos para realização das avaliações pelas chefias imediatas. Além disso, realizar cálculo da nota final. Espera-se que o sistema seja capaz de que as chefias realizem as avaliações em formulário eletrônico, sem necessidade de envio em forma física.	SGE,
NS37	Sistema de Indicadores Qualitativos e Quantitativos do Incentivo Fiscal	Desenvolvimento de Sistema	SEFIC
NS38	Sistema interno para acompanhamento de proposições legislativas	Sistema para acompanhamento de proposições legislativas e visualização interna de posicionamentos das áreas.	GM,
NS39	Sistema para gestão, monitoramento, controle e avaliação das Ações Finalísticas da Seinfra.	Desenvolver uma software para gestão, monitoramento, controle e avaliação das Ações Finalísticas (convênios, contratos, TEDs, etc) e obras de Infraestrutura Cultural sob responsabilidade da Seinfra, de modo a unificar a base de dados do órgão e garantir	SEINFRA,
NS40	Sistema SALIC	Banco de todas as obras produzidas por meio do incentivo fiscal	SEFIC
NS41	Sistema SALIC	CADIM	SEFIC
NS42	Sistema SALIC	Calendário de Eventos	SEFIC
NS43	Sistema SALIC	Cartão de Pagamento do Incentivo Fiscal	SEFIC
NS44	Sistema SALIC	Chatterbot	SEFIC

<b>ID</b>	<b>Necessidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Áreas Demandantes</b>
NS45	Sistema SALIC	distribuição de ingressos de projetos incentivados	SEFIC
NS46	Sistema SALIC	Editais	SEFIC
NS47	Sistema SALIC	Edital de Intercambio	SEFIC
NS48	Sistema SALIC	e-TCE	SEFIC
NS49	Sistema SALIC	Fiscalização Virtual - Busca nas Redes Sociais e sites, por meio de Inteligência Artificial, para acompanhar/comprovar o andamento da execução de projeto cultural	SEFIC
NS50	Sistema SALIC	Implementação backup mensal das bases de dados do Salic	SEFIC
NS51	Sistema SALIC	Implementação de páginas na internet para cada projeto	SEFIC
NS52	Sistema SALIC	Implementação de vídeos de projetos culturais – comprovação da execução	SEFIC
NS53	Sistema SALIC	Implementação QR Code	SEFIC
NS54	Sistema SALIC	Incorporar trilhas da CGU ao sistema SALIC	SEFIC
NS55	Sistema SALIC	Integração Comissão de Valores Mobiliário (CVM) - Ficart	SEFIC
NS56	Sistema SALIC	Integração ECAD	SEFIC
NS57	Sistema SALIC	Integração e-Praças (Sistema de Gestão dos CEUs)	SEFIC
NS58	Sistema SALIC	Integração Mapas Culturais	SEFIC
NS59	Sistema SALIC	Integração Receita Federal - Atualização diária da Base de dados CPF e CNPJ	SEFIC
NS60	Sistema SALIC	Integração SEI	SEFIC
NS61	Sistema SALIC	Integração SIAFI	SEFIC
NS62	Sistema SALIC	Integração SICONV	SEFIC
NS63	Sistema SALIC	Integração Sistema Ouvidoria	SEFIC
NS64	Sistema SALIC	Integração SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais	SEFIC
NS65	Sistema SALIC	Integração Whatsapp / Telegram	SEFIC
NS66	Sistema SALIC	Integração Youtube - Criação de canal para os projetos culturais	SEFIC
NS67	Sistema SALIC	Leis de Incentivo Federal Estadual Municipal – Salic Nacional	SEFIC
NS68	Sistema SALIC	Mobile	SEFIC
NS69	Sistema SALIC	Monitoramento das Redes Sociais	SEFIC
NS70	Sistema SALIC	Nota Fiscal Eletrônica	SEFIC
NS71	Sistema SALIC	Parcelamento	SEFIC
NS72	Sistema SALIC	Plano de Ação	SEFIC
NS73	Sistema SALIC	Portal da Transparência - CGU	SEFIC
NS74	Sistema SALIC	Prestação de Contas On-line	SEFIC

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NS75	Sistema SALIC	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	SEFIC
NS76	Sistema SALIC	Thesaurus / vocabulário controlado / ontologia / glossário da cultura	SEFIC
NS77	Sistema SALIC	Vale-Cultura – Produtor Cultural e Consumidor de Produtos Culturais	SEFIC
NS78	Sistema SALIC	Webservices	SEFIC
NS79	Sistema Vale-Cultura	Chatterbot	SEFIC
NS80	Sistema Vale-Cultura	Reestruturação	SEFIC
NS81	Sistema Vale-Cultura	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	SEFIC
NS82	Sistema Vale-Cultura	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)	SEFIC
NS83	Sistema Vale-Cultura	Aprimoramento dos módulos de cadastramento (beneficiária e operadora) e gerenciamento (operadora e administrador); Inclusão de relatório gerencial e relatório para consulta pública. Interface entre os dados de cadastro e os enviados pelas operadoras.	SEFIC
NS84	Sistemas de uso interno da Coordenação	A melhoria nos sistemas usados para Coordenação, como exemplo: SAD, SALIC, SEI e SDP	SEC
NS85	Software de assinatura que atenda os pré-requisitos dos sistema AFD	O sistema AFD requer assinatura em cada documento digitalizado. A COGEP não tem capacidade técnica para análise e definição do software que melhor atenda a necessidade. Portanto, faz-se necessário que esta atribuição seja assumida pela área técnica do MinC.	SGE,
NS86	Software de OCR	Licenças	SEFIC
NS87	Software para a criação de repositório	Opções: IBM FileNet content management, Cloud object storage - Amazon ou similares, a depender do preço.	SDAPI

## 7.1.2 Necessidade de Infraestrutura de TIC

São necessidades por equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NE1	Aquisição de tokens para os servidores da COGEP, bem a renovação de certificados a vencer	Aquisição é necessária para acesso de todos os servidores da COGEP aos sistema SIAPE, AFD e demais módulos do SIGEPPE disponibilizados pelo MP. O certificado tem validade de média de 2 anos. Observamos que hoje a área tem aproximadamente 30 servidores com token, havendo ainda carência de certificados. Necessitamos desse Infraestrutura para utilização do sistema Comprasnet (SIASG) por todos os pregoeiros, pois só podem conduzir sessões públicas de pregão após devida certificação digital no sistema.	SGE, SPOA,

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NE2	Aumento na capacidade da caixa de e-mail e no armazenamento da pasta Kronos.	Aumento da capacidade de envio e recebimento de mensagens e no armazenamento, tendo em vista o fluxo de vídeos, apresentações, planilhas, e outros arquivos necessários para a realização do trabalho da ASCOM.	GM,
NE3	Certificação digital	Necessitamos desse serviço para utilização do sistema Comprasnet (SIASG) por todos os pregoeiros, pois só podem conduzir sessões públicas de pregão após devida certificação digital no sistema.	SGE, SPOA,
NE4	Computadores completos	Computador com capacidade de memória maior, mais veloz e com configuração que suporte rodar, com eficiência, os programas de design.	GM, SDAPI, SAV, SE, SEC, SEINFRA, SGE, SPOA,
NE5	Criação de DataMarts	Infraestrutura Tecnológica	SGE, SPOA,
NE6	Digitalização	Apoio técnico na configuração dos Infraestruturas de digitalização para o famato exido pelo sistema AFD. Digitalização das pastas funcionais dos servidores do MInC. Necessitamos da Digitalização de Documentos para atender as unidades do MinC quanto aos acervos documentais acumulados nos setores de responsabilidade gerencial dessa área	SGE, SPOA,
NE7	Equipamentos de Telefonia	Necessidade de troca devido ao tempo de uso, incluindo equipamentos de grande porte e pequeno porte.	GM, SGE, SPOA,
NE8	Estabilizador de energia	Estabilizadores bivolt para proteção dos comutadores novos	GM,
NE9	HD Externo	Facilitar o arquivamento de documentos	SAV, SDC, GM
NE10	Headset	Headset com microfone	GM,
NE11	Impressoras	Aquisição de novos Infraestruturas de impressora, de modo a dotar a Seinfra de mais pontos de impressora. Atualmente, toda a Seinfra possui apenas uma impressora. Com alta capacidade de impressão. Impressora Colorida A4 (outsourcing de impressão). Necessitamos para imprimir, copiar e escanear documentos referentes aos procedimentos de aquisição e contratação de serviços	GM, SAV, SDC, SEC,
NE12	Monitor LCD	Uma segunda tela facilita a análise de processo	SE,
NE13	Monitores	22 monitores	SPOA,
NE14	No-break	Para os computadores e impressoras, por conta da irregularidade de energia, ocorrendo oscilações e quedas no prédio do Minc, para evitar que os Infraestruturas venham a danificar e até mesmo para dar continuidade a alguma tarefa de maior urgencia e desligar os Infraestruturas de forma adequada durante esses incidentes de energia. No-breaks para os Infraestruturas dos sistemas de dados e de telefonia. (Switchs, Digitronco, Modem e Servidor de Apoio)	GM, SGE,
NE15	Notebooks	Notebooks	GM, SDAPI, SAV, SEC,

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NE16	Orquestração de containers virtuais do parque tecnologico	Infraestrutura Tecnológica	SGE, SPOA,
NE17	Rack para Switch	Rack de chão e que contenha refrigeração.	GM,
NE18	Rede e internet específicas	Rede com link dedicado, visando a necessidade de transmissão ao vivo, coletivas, videoconferências e demais atividades de assessoria de comunicação.	GM,
NE19	Scanner	Há Necessidade de dois escanners de mesa que digitalizam frente e verso, colorido em um tempo considerado rápido. Com opção de digitalização OCR (PDF Pesquisável). CTAV – Scanners para digitalizar documentos para o sistema SEI e utilização nas áreas de Animação e Comunicação. Scanner de mesa para atendimento ao público	GM, SAV, SDC, SEC, GM
NE20	Scanners de mesa com reconhecimento de caracteres	Este setor trabalha com muitas respostas a órgãos de controle (oportunidade em que editar arquivos em PDF faz muita diferença para juntar vários documentos em um mesmo arquivo, incluir comentários, realces, caixas de texto, setas); e com a prestação de co	SDC,
NE21	Serviços de Internet	Necessitamos dos serviços de internet para realizar os procedimentos de licitação por meio do sistema SEI, Comprasnet, SIASG, SIAFI, entre outros. Além disso, é importante para consultas de preços, materiais, legislações, impedimentos, regularidades, entr	SPOA,
NE22	Serviços de plotagem de documentos em grandes formatos.	Necessidade impressão de documentos e peças gráficas de arquitetura e engenharia em grandes formatos (A0, A1 e A2).	SEINFRA,
NE23	Serviços de Telefonia	Necessitamos dos serviços de telefonia para prestar atendimento ao cidadão, aos licitantes e demais áreas demandantes de aquisições e serviços no âmbito do MinC	SGE, SPOA,
NE24	Switch	Um switch de 16 portas, pois o que está sendo utilizado vem apresentando problemas, desligando inesperadamente, travando e outras falhas.	GM,
NE25	Tablet	Facilitar fiscalização.	SEC,
NE26	Telefone móvel	Necessitamos de alguns desses Infraestruturas para uso em caso de trabalhos realizados remotamente (fora do escritório)	SGE, SPOA,
NE27	Videoconferência	Disponibilizar 1 (um) Infraestrutura de videoconferência com tela grande e mais recente para a sala de treinamento da CGMOR.	SDAPI, SAV, SDC, SGE,
NE28	Webcam	WebCam	GM, SDAPI,

### 7.1.3 Necessidade de Contratação de TIC

São necessidades por contratações que envolvam soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para viabilização dos processos de negócio de determinada área.

<b>ID</b>	<b>Necessidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Áreas Demandantes</b>
NC1	Adobe Acrobat	Licença do software para que seja possível trabalhar com as funções que só estão presentes no profissional, como a junção de arquivos, comentários, destaques etc.	GM, SDAPI, SAV, SDC, SEC, SEINFRA, SGE, SPOA,
NC2	Adobe After Effects	Licenças	GM, SAV, SDC,
NC3	Adobe Creative Cloud - CS6	Trata-se de Pacote do Adobe, coleção completa com mais de 20 aplicativos de criação para dispositivos móveis e desktop para trabalhos de design, edição de imagens , fotografias, vídeos	GM, SEC, SEINFRA, SPOA,
NC4	Adobe Illustrator profissional	Licença para utilização do software para as necessidades de design internas da Secretaria	GM, SAV, SDC,
NC5	Adobe InDesign	Licenças	GM, SAV, SDC,
NC6	Adobe PhotoShop	Licenças	GM, SAV, SDC, SPOA,
NC7	Adobe Premiere Pro	Licenças	SAV, SDC,
NC8	Antivírus	Antivirus	SAV, SDC, SEC,
NC9	Aquisição de Storage	Aquisição	SGE,
NC10	AutoCAD	Trata-se do principal e mais completa ferramenta digital de produção de projetos arquitetônicos e desenhos de engenharia. Tanto que todos os novos arquitetos já são treinados nesse programa ainda na época da faculdade e a Seinfra possui arquitetos.	SEINFRA, SPOA,
NC11	Bizagi Modeler	Contratação de software para criação de diagramas de processos do setor.	SDAPI
NC12	Contratação de ativos de rede	Aquisição	SGE,
NC13	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento de software	Aquisição	SGE,
NC14	Contratação de solução de virtualização	Aquisição	SGE,
NC15	Copernic Desktop Search ou similar	Software que auxilia na indexação e pesquisa de documentos, de extrema importância e produtividade para o desempenho e confecção das peças elaboradas pelo corpo de advogados desta CONJUR.	GM,
NC16	CorelDraw	Para utilização na área de comunicação.	GM, SDC,
NC17	Gerenciamento de acervos bibliográficos	Software para gerenciamento de acervos bibliográficos para as Bibliotecas de responsabilidade do MinC	SPOA,
NC18	Licenças de Softwares	Aquisição	SGE,

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NC19	Mindjet MindManager.	Aquisição do software Mindmanager e liberação de licenças, para melhor desempenho das atividades	SEINFRA, SPOA,
NC20	MS Project.	Aquisição de software para gestão de projetos, recursos e portfólio	SEINFRA,
NC21	Outook ou similar	Necessitamos para gerenciamento e acesso aos e-mails institucionais e dos servidores.	SPOA,
NC22	Pacote Office ou similar	Trabalha com a junção de centenas de documentos recebidos em decorrência dos Editais.	GM, SDC, SEINFRA, SGE,
NC23	Prezi	Software na modalidade computação em nuvem feito em HTML5 utilizado para a criação de apresentações não lineares.	SDAPI
NC24	QlikView	Facilitação de apresentação dos dados por essa Coordenação-Geral e suporte às demais unidades do Sistema MinC.	SEINFRA, SGE,
NC25	Renovação do parque computacional	Aquisição	SGE,
NC26	ScriptCase - Atualização	Licenças	SEFIC
NC27	Serviços de Garantia e Atualização de Soluções de Segurança	Aquisição	SGE,
NC28	Sistema de controle de Patrimonio SIADS	Aquisição	SGE,
NC29	Skype for Business	Skype voltado para soluções empresariais.	SDAPI,
NC30	Solução de fitoteca de backup	Aquisição	SGE,
NC31	Telefone Voip	Aquisição	SGE,
NC32	Volare da Pini	Programa de orçamentação de obras de engenharia, com base de dados atualizada constantemente. orçamento de obras, memorial descritivo, licitações, movpreço.	SEINFRA,
NC33	Windows Server 2016	Para uso em novos servidores e para atualização dos sistemas operacionais que não possuem mais suporte.	SAV, SDC,
NC34	Computadores	47	BDB
NC35	Mini Impressora	6	BDB
NC36	Impressoras (variadas)	5	BDB
NC37	Impressora 3D	1	BDB
NC38	Impressora para etiqueta	1	BDB



ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NC39	Leitor Óptico	10	BDB
NC40	Caixa Comutadora	3	BDB
NC41	Telefones	27	BDB
NC42	Miniteclados de 12 teclas	6	BDB
NC43	Terminais de autoatendimento	4	BDB
NC44	Fones de ouvido	49	BDB
NC45	Notebooks	3	BDB
NC46	Webcam	3	BDB
NC47	Equipamentos de Videoconferência	2	BDB
NC48	Tablets	38	BDB
NC49	Estabilizador	1	BDB
NC50	Nobreak	1	BDB
NC51	Rack para switch	1	BDB
NC52	Switch	1	BDB
NC53	Equipamentos para Wi-Fi	2	BDB
NC54	Rack para CFTV	1	BDB
NC55	Datashow de teto	2	BDB
NC56	Datashow móvel	1	BDB
NC57	Smart TV (mínimo 70 pol.)	1	BDB
NC58	Tela retrátil	2	BDB
NC59	Caixa de som amplificada	4	BDB
NC60	Microfone de mão sem fio	6	BDB
NC61	Microfone de orelha	6	BDB
NC62	Equipamento para tradução simultânea	1	BDB
NC63	Datashow fixo	1	BDB
NC64	Smart TV (50 pol.)	1	BDB

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NC65	Smart TV (42 pol.)	2	BDB
NC66	Smart TV (26 pol.)	3	BDB
NC67	Smart TV (mínimo 32 pol.)	2	BDB
NC68	Smart TV (mínimo 42 pol.)	1	BDB
NC69	Óculos de Realidade Virtual	6	BDB
NC70	Aparelhos de Blue-ray	4	BDB
NC71	Webcams	3	BDB
NC72	Aparelho de Videogame	2	BDB
NC73	Impressora comum	2	BDB
NC74	Impressora laser colorida com scanner	1	BDB
NC75	Impressora com copiadora e scanner	1	BDB
NC76	Impressora com scanner	1	BDB

### 7.1.4 Necessidade de Informação

São necessidades por informações que sejam essenciais para execução dos processos de negócio da área. Vale destacar que os processos de negócio podem estabelecer a necessidade de modificação ou criação de processos consumidores de informação.

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NI1	Acesso a Dados	Acesso a dados da Lei Rouanet sobre projetos de promoção da cultura brasileira no exterior e projetos internacionais no Brasil	SDAPI,
NI2	Acesso ao sistema SIASG e SIAFI	Necessitamos de acesso aos dados desses sistemas para consultas e execução de diversos procedimentos referentes a licitações e contratos.	SPOA,
NI3	Acesso aos extratos das contas bancárias específicas de projetos culturais apoiados com recursos da SDC	Dificuldades para obter informações fidedignas e atualizadas das contas específicas de projetos culturais - convênios, termos de compromisso cultural, termos de parceria, termos de fomento / termo de colaboração (CGPCO/SDC)	SDC,

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NI4	Agilidade na inicialização dos computadores após desligamento.	Atualmente caso o computador seja desligado, após inicia-lo, fica praticamente inviável sua utilização por cerca de 30 minutos. Caso seja possível, solicitamos que seja otimizado esse processo.	GM
NI5	Apoio técnico para implementação dos módulos disponibilizados pelo MPDG do sistema SIGEPE e AFD	Apoio técnico, inclusive treinamento, na implementação dos módulos Sistemas de requisições, Férias Web e Controle de frequência do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE. (Sistema de assentamentos funcionais digitais.)	SGE,
NI6	Base de dados CNPJ	Base de Dados atualizada da Receita Federal contendo as principais informações (nome, nome fantasia, endereço, telefone, socios, etc.) das empresas brasileiras.	GM,
NI7	Base de dados CPF	Base de Dados atualizada da Receita Federal contendo as principais informações (nome, endereço, telefone, nome da mãe, etc.) dos cidadãos brasileiros	GM,
NI8	Base de dados RAIS	Base de Dados atualizada do Ministério do Trabalho contendo as principais informações trabalhistas (nome da empresa, cnpj da empresa, valor salario, data de ingresso, data saida, etc.) dos cidadãos brasileiros.	GM,
NI9	Capacitação no Salic	Treinamento EAD	SEFIC
NI10	Capacitação no Vale-Cultura	Treinamento EAD	SEFIC
NI11	Disponibilização de estudos	Disponibilização do acervo de consultorias realizadas pelo PRODOC 914BRZ4013: Intersetorialidade, descentralização e acesso à cultura no Brasil	SDAPI,
NI12	Ferramenta Wiki corporativa para gestão de conhecimento e mapeamento de processos.	Disponibilização, configuração e treinamento e apoio técnico na configuração dde ferramenta wiki para atendimento da necessidade da COGEP	SGE,
NI13	Formação em Projetos Culturais – Produtor Cultural	Treinamento EAD	SEFIC
NI14	Integração das bases de dados do Ministério da Cultura e do Ministério do Trabalho	Cruzamento da base de dados do MinC com as bases RAIS e CAGED, que permitam a criação de novos indicadores de forma a ampliar as possibilidades de avaliação e melhorias do Programa de Cultura do Trabalhador.	SEFIC,
NI15	Liberação para navegação na internet por sites de games, aplicativos e animação	A CGNM trabalha extamente nesta temática e todos os sites de jogos são bloqueados no MInC o que dificulta a análise de projetos, acompanhamento de selecionados ou mesmo a pesquisa sobre o setor.	SAV,
NI16	Melhor integração dos dados existentes entre os diversos sistemas do MINC	Manejar diversos sistemas e bancos de dados dificultam o andamento dos processos e o apresendizado por parte do técnicos/gestores	SDC,

ID	Necessidade	Descrição	Áreas Demandantes
NI17	Publicação na Intranet	Liberação de Acesso para que a COGEP possa publicar conteúdos correlatos a área na Intranet, com os treinamentos necessários, com o objetivo de aperfeiçoamento na comunicação entre a coordenação e os servidores do Minc. Ressalta-se que a ASCOM liberou o acesso mas a parte técnica e treinamento não foram providenciados pela CGTEC.	SGE
NI18	Treinamento de equipe na utilização de novos softwares nas áreas de engenharia, arquitetura, design e gestão.	Capacitação de servidores para utilização de novos softwares de sua área de atuação, por meio da contratação de serviços de curso/treinamento.	SEINFRA,
NI19	Treinamento para o uso na nuvem	Aumentar a capacidade de utilização de plataformas que forneçam armazenamento em nuvem.	GM,
NI20	Utilização da base de dados da Receita Federal do Brasil para fins diferentes dos que são utilizados atualmente.	Atualmente a base da RFB é utilizada a nível de validação. A proposta é de que ela seja utilizada para prospectar novos clientes e mapear os atuais (ex. lucro real).	GM, SEFIC,

## 8 PORTFOLIO DE PROJETOS DE TIC

Cabe ressaltar que, diferente da maioria dos outros órgãos, esta unidade preferiu não produzir um plano de ações. Entendendo que o plano de ações raramente consegue refletir a real necessidade do órgão, e que ainda se torna um instrumento ineficiente de gestão e monitoramento, preferiu-se alinhar as necessidades de TIC do Ministério da Cultura por meio de uma gestão orientada a projetos.

Para tanto, encontra-se instituída uma metodologia de gestão de projetos de TIC (MGP-TI) própria do Ministério da Cultura, a qual foi publicada por meio da Portaria nº 687, de 20 de outubro de 2015. Tal metodologia de gestão de projetos estabelece papéis e procedimentos para a gestão compartilhada dos projetos de TIC com as áreas de negócio.

Por meio do Portfolio de Projetos de TIC, o Comitê de Governança Digital-CGD monitora e prioriza todas as ações da unidade, criando um framework de gestão e governança mais eficiente, mais eficaz e capaz de responder a mudanças.

Para o atendimento das necessidades, priorizaram-se projetos de TIC, os quais foram incluídos no Portfólio e categorizados de acordo com a natureza das suas ações. O Portfólio de Projetos de TIC é um instrumento de monitoramento contínuo da unidade de TIC que substitui o Plano de Ação, pois determina como deverão ser alocados os recursos de TIC, e possibilita que o Comitê Executivo de TIC exerça a governança sobre as ações da unidade.

### 8.1 Critérios de Priorização

Para identificar quais são os projetos mais impactantes para o órgão, com o objetivo e dirigir os esforços e recursos de TI para a realização dessas prioritariamente, foi aplicado o método de priorização abaixo:

<b>Critério</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>
<b>Impacto (I)</b>	3	Paralisação do processo de negócio sem contingência
	2	Melhoria substancial ou paralisação no processo de negócio com contingência
	0	Melhoria acessória no processo de negócio
<b>Urgência (U)</b>	3	Prazo legal
	2	Compromisso externo
	0	Compromisso interno
<b>Abrangência (A)</b>	3	Nacional
	2	Regional
	1	Estadual
<b>Solicitações (S)</b>	n	Quantidade de áreas que diretamente demandaram o projeto

A soma dos valores de cada critério resultará em sua priorização, do maior para o menor.

## 8.2 Portfólio de Projetos de TIC Priorizado

<b>Id</b>	<b>Projeto</b>	<b>S</b>	<b>I</b>	<b>U</b>	<b>A</b>	<b>Prioridade</b>
PC1	Equipamentos de Telefonia	3	3	2	3	11
PC2	Outsourcing de Digitalização	5	3	2	1	11
PI1	Acesso a Dados da Lei Rouanet	1	3	3	3	10
PI2	Acesso ao sistema SIASG e SIAFI	1	3	3	3	10
PE1	Certificação Digital e Tokens	2	3	2	3	10
PC3	Computadores	8	0	0	2	10
PC4	Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Ssoftware	1	3	3	3	10
PS1	PORTAIS- Desenvolvimento de Portais	1	3	3	3	10
PS2	SALIC- Desenvolvimento da Plataforma SALIC	1	3	3	3	10
PS3	VALE- Desenvolvimento do Sistema Vale-Cultura	1	3	3	3	10
PI3	Base de dados CNPJ	2	2	2	3	9
PI4	Base de dados CPF	2	2	2	3	9
PI5	Base de dados RAIS	2	2	2	3	9
PS4	MAPAS- Mapa do Sistema Nacional de Cultura	1	3	2	3	9
PS5	PORTAIS- Reformulação do Portal institucional	1	3	2	3	9
PS6	SALIC- Sistema de Indicadores Qualitativos e Quantitativos do Incentivo Fiscal	1	2	3	3	9
PC5	Software Adobe Acrobat	8	0	0	1	9

<b>Id</b>	<b>Projeto</b>	<b>S</b>	<b>I</b>	<b>U</b>	<b>A</b>	<b>Prioridade</b>
PI6	Acesso aos extratos das contas bancárias específicas de projetos culturais	1	2	2	3	8
PI7	Apoio técnico para implementação dos módulos do sistema SIGEPE e AFD	1	2	2	3	8
PS7	CULTURAVIVA- Melhorias e ajustes na Plataforma Rede Cultura Viva	1	2	2	3	8
PS8	ePRAÇAS- Melhorias no sistema ePraças	1	2	2	3	8
PE2	Outsourcing de Impressão	3	3	0	2	8
PE3	Serviços de Internet	2	3	0	3	8
PE4	Serviços de Telefonia	2	3	0	3	8
PS9	Software de assinatura que atenda os pré-requisitos dos sistema AFD	1	2	2	3	8
PS10	Desenvolvimento de Sistema cadastral para proponentes	1	3	0	3	7
PS11	Desenvolvimento do Sistema de Registro e Gestão de Direitos Autorais	1	3	0	3	7
PC6	Equipamentos Periféricos para bibliotecas e BDB	1	2	3	1	7
PE5	Notebooks	4	0	2	1	7
PS13	SISTEL- Sistema de Controle de Atendimentos Telefonicos	2	2	2	1	7
PC7	Sistema de controle de Patrimonio SIADS	1	2	3	1	7
PS12	SNC- Monitoramento das informações dos planos estaduais e municipais	1	3	0	3	7
PC8	Solução de Fitoteca de Backup	1	3	0	3	7
PC9	Solução de Storage	1	3	0	3	7
PC10	Solução de Virtualização	1	3	0	3	7
PC11	Telefonia Voip	1	3	0	3	7
PC12	Ativos de rede	1	3	0	2	6
PS15	Base de Dados integrada ao Sistema de Registro de Direitos Autorais	1	2	2	1	6
PE6	Criação de DataMarts	1	2	0	3	6
PI8	Liberação de Acesso para publicar conteúdos na Intranet	1	0	2	3	6
PS22	MAPAS- Preparação do Mapas Culturais para operacionalização do Edital de Premiação de Iniciativas Socioculturais das Praças CEUs	1	2	0	3	6
PS17	Melhoria no sistema Solicitanet	1	2	0	3	6
PS18	Melhorias dos Sistemas SAD, SALIC, SEI e SDP	1	2	0	3	6
PS19	Módulo do Sistema de Gestão Coletiva voltado à habilitação das entidades, atualização de dados e renovação da habilitação concedida.	1	2	0	3	6
PS14	PNC- Banco de informações das fichas de monitoramento das metas do PNC	1	2	2	1	6
PS16	PNC- Coleta de informações das fichas de monitoramento das metas do PNC	1	2	2	1	6
PS20	PNC- Painel de indicadores	1	2	0	3	6

<b>Id</b>	<b>Projeto</b>	<b>S</b>	<b>I</b>	<b>U</b>	<b>A</b>	<b>Prioridade</b>
PC13	Sistema de gerenciamento de acervos bibliográficos	1	2	2	1	6
PS21	SNC- Plataforma do Sistema Nacional de Cultura	1	2	0	3	6
PE7	Videoconferência	4	0	0	2	6
PS23	Integração do Sistema de Ouvidoria ao e-Ouv	2	0	0	3	5
PE8	Monitor LCD	2	0	2	1	5
PE9	Rack para Switch	1	2	0	2	5
PC14	Software Adobe Creative Cloud - CS6	4	0	0	1	5
PC15	Software Adobe PhotoShop	4	0	0	1	5
PC16	Software Pacote Office ou similar	4	0	0	1	5
PC17	Software Windows Server 2016	2	2	0	1	5
PC18	Switch	1	2	0	2	5
PS26	CNPC- Processo eleitoral do CNPC	1	0	0	3	4
PS31	CNPC- Suporte técnico para utilização do Delibera na Plataforma do CNPC	1	0	0	3	4
PS24	Ferramenta para cadastro das irregularidades nas prestações de contas.	1	0	0	3	4
PC19	HD Externo	3	0	0	1	4
PE10	Headset	1	0	2	1	4
PI9	Integração das bases de dados do MinC e do Ministério do Trabalho	1	0	2	1	4
PS25	Integração dos bancos de dados do Ministério da Educação aos da Política Nacional de Cultura Viva	1	0	0	3	4
PI10	Integração dos dados existentes entre os diversos sistemas do MINC	1	0	2	1	4
PI11	Liberação para navegação na internet por sites de games, aplicativos e animação	1	0	2	1	4
PC20	Licenças de Softwares	1	0	2	1	4
PE11	Orquestração de containers virtuais do parque tecnologico	1	0	0	3	4
PS27	RH- Sistema de Controle de Cursos de Capacitação	1	0	2	1	4
PS28	RH- Sistema de Controle de Estágio Probatório	1	0	2	1	4
PS29	RH- Sistema de controle de reembolsos	1	0	2	1	4
PC21	Serviço de Garantia e Atualização de Soluções de Segurança	1	0	2	1	4
PC22	Software Adobe After Effects	3	0	0	1	4
PC23	Software Adobe Illustrator profissional	3	0	0	1	4
PC24	Software Adobe InDesign	3	0	0	1	4
PC25	Software Antivírus	3	0	0	1	4
PS30	Software de OCR	1	0	2	1	4

<b>Id</b>	<b>Projeto</b>	<b>S</b>	<b>I</b>	<b>U</b>	<b>A</b>	<b>Prioridade</b>
PE12	Telefone móvel	2	0	0	2	4
PE13	Webcam	2	0	0	2	4
PC26	No-Break	2	0	0	1	3
PC27	Software Adobe Premiere Pro	2	0	0	1	3
PC28	Software AutoCAD	2	0	0	1	3
PC29	Software CorelDraw	2	0	0	1	3
PC30	Software Mindjet MindManager	2	0	0	1	3
PC31	Software QlikView	2	0	0	1	3
PE14	Tablet	1	0	0	2	3
PS32	Acompanhamento de rendimento por servidor vinculado ao SEI	1	0	0	1	2
PS33	Acompanhamento e controle de saldos das notas de empenho e saldos de contratos, em consonância com o SIMINC. (Sistema de Gestão de Contratos)	1	0	0	1	2
PS34	Acompanhamento histórico de tramitações	1	0	0	1	2
PS35	Controle de concessão de cartões de acesso dos servidores ao prédio e garagem	1	0	0	1	2
PS36	Controle dos contratos terceirizados	1	0	0	1	2
PI12	Disponibilização, configuração e treinamento de ferramenta Wiki	1	0	0	1	2
PE15	Estabilizador de energia	1	0	0	1	2
PS37	Provedor Dinâmico de Informações	1	0	0	1	2
PC32	Renovação do parque computacional	1	0	0	1	2
PS40	RH- Sistema para Gestão de Pessoas	1	0	0	1	2
PC33	Serviço de Plotagem	1	0	0	1	2
PS38	Sistema de endomarketing	1	0	0	1	2
PS39	Sistema interno para acompanhamento de proposições legislativas	1	0	0	1	2
PS41	Sistema para gestão, monitoramento, controle e avaliação de Ações Finalísticas da Seinfra	1	0	0	1	2
PC34	Software Bizagi Modeler	1	0	0	1	2
PC35	Software Copernic Desktop Search ou similar	1	0	0	1	2
PC36	Software MS Project	1	0	0	1	2
PC37	Software Outlook ou similar	1	0	0	1	2
PS42	Software para a criação de repositório	1	0	0	1	2
PC38	Software Prezi	1	0	0	1	2
PC39	Software ScriptCase - Atualização	1	0	0	1	2



<b>Id</b>	<b>Projeto</b>	<b>S</b>	<b>I</b>	<b>U</b>	<b>A</b>	<b>Prioridade</b>
PC40	Software Skype for Business	1	0	0	1	2
PC41	Software Volare da Pini	1	0	0	1	2
PI13	Treinamento de Capacitação no Salic	1	0	0	1	2
PI14	Treinamento de Capacitação no Vale-Cultura	1	0	0	1	2
PI15	Treinamento de equipe na utilização de novos softwares nas áreas de engenharia, arquitetura, design e gestão.	1	0	0	1	2
PI16	Treinamento de Formação em Projetos Culturais	1	0	0	1	2
PI17	Treinamento para o uso na nuvem	1	0	0	1	2

Total de 115 projetos.

## 9 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS DA TIC NO MINC

A força de trabalho da Coordenação-geral de Infraestrutura Tecnológica (CGTIC) do MinC até março de 2018 estava composta por 10 servidores, 47 terceirizados (em exercício na SEDE, no Edifício Parque da Cidade e nas representações regionais) e 10 estagiários distribuídos conforme a tabela a seguir.

### 2018

<b>Área</b>	<b>Servidores</b>	<b>Terceirizados</b>	<b>Estagiários</b>	<b>Total</b>
CGTIC	5	3	0	8
COINT	3	30	1	34
COSIS	2	14	9	22
Total	10	47	10	67
Distribuição (%)	14,95%	70,1%	14,95%	

É possível observar, a partir da comparação com a situação de pessoal nos três anos anteriores (de 2015 a 2017), que houve uma redução de recursos humanos para a área de TIC embora esta venha conquistando papel cada dia mais estratégico na organização.

### 2017

<b>Área</b>	<b>Servidores</b>	<b>Terceirizados</b>	<b>Estagiários</b>	<b>Total</b>
CGTIC	1	2	1	4
COINT	4	49	1	54
COSIS	3	11	4	18

Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Total
CGOTI	4	3	0	7
Total	12	65	6	83
Distribuição (%)	14,8%	80,2%	5%	

## 2016

Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Total
CGTIC	2	3	0	5
COINT	4	60	2	66
COSIS	5	0	4	9
CGOTI	8	0	0	8
Total	19	63	6	88
Distribuição (%)	21,59%	71,59%	6,81%	

## 2015

Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Total
CGTIC	1	4	2	7
COINT	7	49	4	60
COSIS	5	1	1	7
CGOTI	5	3	0	8
Total	18	57	7	82
Distribuição (%)	21,95 %	69,51 %	8,54 %	

Os servidores da CGTIC dedicam maior parte de seu tempo ao planejamento das contratações e à gestão dos contratos, sendo as atividades operacionais basicamente terceirizadas.

Como vem sendo diagnosticado em planejamentos anteriores, a quantidade de servidores para a gestão dessa unidade de TIC é pequena, sendo necessário aumentar o quadro da CGTIC por meio da solicitação de novos Analistas em Tecnologia da Informação ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e/ou com a alocação de servidores efetivos do MinC na CGTIC.

Para agravar ainda mais a situação de carência de recursos humanos na CGTIC, com a reformulação da estrutura de cargos do MinC, ocorrida em 2016, a CGTIC teve um impacto significativo no seu organograma ao perder cargos de chefia sendo o mais impactante deles a Coordenação de Governança, cujo retorno vem sendo reivindicado para o melhor funcionamento da unidade.

De acordo com o guia de PDTIC do SISP, “o planejamento de TIC apoia a realização de uma gestão efetiva de recursos. Isto se refere a melhor utilização possível dos investimentos e o apropriado gerenciamento dos recursos críticos de TIC: aplicativos, processos, informações, infraestrutura e pessoas.”

## 9.1 Plano de Capacitação da TIC do MinC

Todos os servidores, efetivos e comissionados, que compõem a estrutura e força de trabalho da CGTIC no âmbito do Ministério da Cultura compõem o público-alvo do Plano de Capacitação da TIC do MinC.

O objetivo geral do Plano de Capacitação consiste em melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela CGTIC a seus públicos por meio da capacitação permanente e incentivo ao desenvolvimento profissional dos servidores da CGTIC a fim de que possam desenvolver as competências requeridas para o alcance dos objetivos da CGTIC e com isso contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos do MinC.

Os objetivos específicos do Plano são:

1. Promover o desenvolvimento das competências e habilidades do servidor da CGTIC necessárias ao bom desempenho de suas atividades;
2. Ofertar ações de capacitação adequando as competências requeridas dos servidores da CGTIC aos objetivos institucionais;
3. Contribuir para o desenvolvimento integral do servidor, proporcionando atuação funcional mais eficiente e eficaz, e consequentemente melhoria na qualidade do trabalho.

Quando for o caso, a CGTIC viabilizará capacitações “In Company”, a fim de capacitar o maior número de servidores da área, ao mesmo tempo, dentro da própria instituição em temas estratégicos para a TIC do MinC.

## 9.2 Necessidade de Capacitação Específica para a equipe da CGTIC

<b>Tema</b>	<b>Quantitativo de servidores a capacitar (2018)</b>
Gestão de Segurança da Informação, ISO/IEC 27.002 Foundation	3
Gestão de Riscos, com foco na norma NBR ISO/IEC 31.000	3
Monitoramento, Avaliação e Indicadores na TIC	3
Gestão e Governança de TIC, ITIL® Foundation e CobIT®	8
Auditoria de TIC, com foco em atividades de controle interno, externo e normas de auditoria.	4
Análise e melhoria de processos – com foco em modelagem de processos de negócio (BPM).	8
Planejamento de TIC e elaboração de indicadores	3
Gestão de desenvolvimento de sistemas de informação	3

<b>Tema</b>	<b>Quantitativo de servidores a capacitar (2018)</b>
Metodologias ágeis de desenvolvimento de sistemas	3
Políticas de Segurança da Informação	10
Infraestrutura ágil com práticas DEVOPS usando Docker, Git, Jenkins, Puppet e Ansible	7
PHP Avançado	4
Contratação de Soluções de TIC de acordo com a IN SLTI/MP nº 04/2014 e atualizações	8
Gestão e fiscalização de contratos administrativos – com ênfase em contratos de TIC	8
Gerência de Projetos	10
Python Avançado	2
Inteligência Artificial - Deep Learning	2
Congressos, workshops e eventos técnicos	Sob demanda

Os recursos a serem investidos na capacitação dos servidores da CGTIC podem ser captados de acordo com a disponibilidade de orçamento prevista no PDTIC e no PCDMinC – 2018.

## 10 PLANO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento planejado para a CGTIC buscou a alocação de recursos com a produção de benefícios para o MinC. Nessa visão, este orçamento é o produto do processo de planejamento e instrumento de controle, tendo em vista a execução daquilo que se planejou.

Com base nos valores estimados na previsão orçamentária de cada ação, consolidaram-se os dados para apurar uma proposta orçamentária. Cabe lembrar que as estimativas orçamentárias são classificadas nas seguintes categorias econômicas:

- **Custeio:** é a dotação necessária à manutenção de serviços e à manutenção da ação da administração como, por exemplo, o pagamento de pessoal, de material de consumo e a contratação de serviços de terceiros.
- **Capital** (investimento): é a dotação orçamentária para o planejamento e a execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Os valores monetários considerados na orçamentação deste plano diretor baseiam-se em estimativas de mercado e referências de contratações anteriores. Toda contratação de TIC será precedida de minucioso planejamento, realizado em estrita observação às normas legais aplicáveis.

<b>Plano Interno</b>	<b>2018</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
	<b>Custeio</b>	<b>Capital</b>	<b>Custeio</b>	<b>Capital</b>	<b>Custeio</b>	<b>Capital</b>

<b>Plano Interno</b>	<b>2018</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Infraestrutura - Suporte	R\$ 7.773.120,00	R\$ -	R\$ 9.893.393,51	R\$ -	R\$ 10.388.063,19	R\$ -
Infraestrutura - Aquisição	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 1.513.620,00	R\$ 735.000,00	R\$ 1.589.301,00
Outras Ações de Informática	R\$ 500.000,00	R\$ -	R\$ 500.000,00	R\$ 359.375,19	R\$ 525.000,00	R\$ 377.343,95
Telefonia e Comunicação	R\$ 1.426.880,00	R\$ -	R\$ 2.675.922,49	R\$ -	R\$ 2.809.718,61	R\$ -
Desenvolvimento de Sistemas e Aquisição de Software	R\$ 3.529.212,00	R\$ 100.000,00	R\$ 3.431.995,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.603.594,75	R\$ 1.050.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 14.229.212,00</b>	<b>R\$ 1.100.000,00</b>	<b>R\$ 17.201.311,00</b>	<b>R\$ 2.872.995,19</b>	<b>R\$ 18.061.376,55</b>	<b>R\$ 3.016.644,95</b>
<b>Anual Consolidado</b>	<b>R\$ 15.329.212,00</b>		<b>R\$ 20.074.306,19</b>		<b>R\$ 21.078.021,50</b>	

Nesta Proposta Orçamentária não há previsão para realização de adequações ou restrições na composição orçamentária deste PDTIC, ou seja, poderá sofrer alterações ao longo da vigência deste PDTIC.

## 11 PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

O plano de gestão de riscos identifica os principais riscos que podem resultar na inexecução total ou parcial deste Plano Diretor de TIC, impactando no alcance das metas e na realização das ações previstas. Para cada risco identificado é avaliada sua probabilidade de ocorrência e seu impacto. Da mesma forma é indicado o plano de mitigação para reduzir o risco e/ou a probabilidade de sua ocorrência e/ou o plano de contingência com as ações a serem tomadas caso o risco se concretize. A seguir, são apresentados os riscos:

<b>ID</b>	<b>Risco</b>	<b>Probabilidade</b>	<b>Impacto</b>	<b>Tratamento</b>
<b>R1</b>	Descontinuidade dos negócios pela não manutenção de contratos que suportam atividades críticas	Média	Alto	Contingenciar
<b>R2</b>	Restrições orçamentárias	Alta	Alto	Aceitar
<b>R3</b>	Evasão de servidores da área de TIC	Alta	Médio	Contingenciar
<b>R4</b>	Insuficiência de recursos humanos para execução das ações planejadas	Alta	Alto	Mitigar
<b>R5</b>	Falta de patrocínio da Alta Direção	Baixa	Alto	Mitigar

### 11.1 R1 - Descontinuidade dos negócios

Apesar de as atividades de Tecnologia da Informação serem planejadas, coordenadas e gerenciadas por servidores efetivos, a execução operacional de quase todas ocorrem por meio de contratos e termos de parceria firmados com prestadores externos de

serviços técnicos especializados. Caso haja interrupção na execução destas parcerias, o impacto na operação da infraestrutura de TIC e no desenvolvimento e manutenção de sistemas é imediato e **alto** – colocando em risco a continuidade das atividades críticas da instituição.

Dentre as possíveis razões para interrupção de contratos e Termos de Execução Descentralizadas, as principais são a impossibilidade legal dos fornecedores para renovações anuais, o reiterado descumprimento dos critérios de qualidade e performance estipulados e a perda das condições de habilitação. A probabilidade de ocorrência de tais fatos é **média** e requer uma gestão eficaz e constante fiscalização da qualidade dos serviços prestados, apoiados em modelos de remuneração por resultados, na avaliação da qualidade e no cumprimento de níveis mínimos de serviço.

## 11.2 R2 - Restrições orçamentárias

Nos últimos anos o Governo Federal vem praticando fortes cortes no orçamento federal, atingindo todos os órgãos e entidades do Poder Executivo. Tais cortes e contingenciamentos de recursos trarão impactos **diretos e imediatos** às ações planejadas podendo resultar em seu atraso, suspensão e até cancelamento. A probabilidade de ocorrência de restrições orçamentárias é **alta**, considerando o cenário atual, os reflexos da política econômica do Governo e o período de transição eleitoral.

Como é um fator externo ao MinC, não é possível minimizar sua probabilidade de ocorrência. A mitigação de tal risco se limita a manter uma priorização adequada das ações, que não permite o contingenciamento orçamentário, para que não haja adiamento ou inexecução por parte dos projetos.

## 11.3 R3 - Evasão de Servidores da Área de TIC

A área de TIC do MinC conta com apenas 10 servidores do quadro próprio em exercício, não havendo previsão de nenhum novo ingresso. A força de trabalho é composta essencialmente por técnicos contratados e por servidores integrantes do quadro próprio e de carreira de outros órgãos – destacadamente os Analistas em Tecnologia da Informação. O impacto desta evasão é **médio**, pois o quadro de servidores já está abaixo do nível mínimo desejado para a área; no entanto, a probabilidade de ocorrência é **alta** – dado que o histórico destas ocorrências no passado é considerável.

Ações no sentido de proporcionar atrativos para a fixação desses servidores tendem a apresentar resultados positivos. Órgãos que oferecem condições de crescimento profissional, como cargos de direção e assessoramento (DAS), têm conseguido manter seus servidores na área de TIC e minimizar os riscos de evasão. Adicionalmente, para reduzir esse risco, se faz necessário estabelecer um plano para capacitar tais servidores, esta ação visa assegurar a qualificação e produtividade, em consequência disso, manter servidores alocados nas áreas de seu interesse. Como resultado, almeja-se a manutenção de um quadro de pessoal integrado e motivado. Quanto à redução do impacto, ao menos dois servidores devem estar simultaneamente envolvidos com cada atividade ou projeto, sempre que possível. Outro fator que reduz o impacto é a existência de processos de trabalho documentados e a aderência a estes na execução das atividades da CGTIC

## 11.4 R4 - Insuficiência de Recursos Humanos

É fato que o órgão enfrenta restrições relacionadas à insuficiência de recursos humanos do quadro de servidores para execução do escopo de suas atividades, não só na TIC, mas em toda a sua estrutura. Como tal situação afeta profundamente as ações de TIC, que são claramente separadas entre atividades gerenciais (atribuídas aos servidores) e atividades operacionais (aptas à

delegação aos parceiros), a instituição lida constantemente com sério déficit de projetos, políticas e contratações estruturais. Em médio prazo, a fim de reduzir a probabilidade e o impacto deste risco, o órgão deve trabalhar na contratação de novos servidores, por meio de concurso público.

## 11.5 R5 - Falta de patrocínio da Alta Direção

Um dos principais fatores de sucesso de todas as iniciativas de TIC é o apoio da alta direção. Este é um princípio defendido pelos mais respeitadas referência em governança de TIC como é o caso do guia de boas práticas COBIT e pela norma ISSO/IEC 38500 que oferece princípios para orientar os dirigentes das organizações sobre o uso eficaz, eficiente e aceitável da TI.

Considerando que a alta direção é composta pelas pessoas que possuem o mandato legítimo para escolher o que é melhor para a organização, uma iniciativa de TIC que não contar com o seu apoio não obterá sucesso simplesmente porque na análise comparativa entre as iniciativas que podem ser conduzidas, ela foi classificada como de menor importância, pois há um desalinhamento de objetivos entre duas esferas de decisão, a Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica e a alta direção. E neste caso, as opiniões da alta direção têm precedência sobre as opiniões da CGTIC. Duas são as possíveis fontes de desalinhamento:

1. A discrepância entre os conhecimentos de TIC existentes entre a alta direção e a CGTIC. O que é natural, visto que a especialidade da área de TIC é tecnicamente diferente da especialidade da alta direção. Assim para mitigar este risco, cabem aos gestores de TIC traduzir os custos e benefícios da TIC em termos de custos e benefícios de negócio. O caminho indicado vai depender exclusivamente das características da alta direção da organização combinadas às orientações estratégicas da instituição.
2. Outra fonte para o desalinhamento de objetivos é a discrepância entre as agendas. Enquanto a alta direção se orienta para determinadas ações estratégicas as iniciativas de TIC estão propostas com orientações distintas. Este problema pode ser resolvido com o alinhamento das agendas por meio do Comitê de Governança Digital que tem representação da Secretaria Executiva, das Secretarias (gestoras de negócio) e da CGTIC. Esta ação tem como objetivo instituir uma agenda única e, conseqüentemente, um alinhamento de objetivos da TIC com a alta direção.

## 12 CONCLUSÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC formaliza e comunica à organização os Planos, Metas e Ações em Tecnologia da informação que serão realizados no período de vigência deste instrumento de planejamento, após a realização de diagnóstico que exhibe a situação atual e sinaliza a tendência para os investimentos. Além disso, demonstra de modo claro e transparente como os recursos e serviços de TIC serão alocados para atender aos objetivos estratégicos do órgão.

Ressalta-se a importância que a TIC oferece às áreas de negócio do MinC, automatizando tarefas e agregando valor por meio da disponibilização das informações no momento correto, de forma íntegra e segura.

Este instrumento tem por objetivo não apenas transparecer os investimentos em TIC feitos no órgão, mas principalmente, de traduzir os desafios de colocar o Ministério da Cultura em um novo patamar tecnológico, com a oferta de serviços digitais para usuários e cidadãos, de forma a encontrar alinhamento e consonância com a Estratégia de Governança Digital do SISP. O PDTIC não é um documento estático e definitivo, podendo ser alterado pelo Comitê de Governança Digital para se ajustar ao cenário financeiro e político do órgão, provendo assim a flexibilidade necessária para a melhoria dos processos e tarefas.

Por fim, espera-se com esse planejamento oferecer para os usuários do Ministério da Cultura, assim como para os cidadãos brasileiros beneficiados pelas políticas culturais do Governo Federal, uma experiência inovadora e empolgante, onde a tecnologia possa ajudar a romper barreiras e facilitar a relação do Estado com o cidadão, gerando novas oportunidades de desenvolvimento social, econômico e cultural.

## 13 ANEXOS

### 13.1 Catálogo de Sistemas

#### Sistemas dos Serviços Digitais Internos ao MinC

Sistema	Fase	Área	Descrição	licença
Ocs Inventory	Implantação	TIC	Compõe a solução para inventário de Hardware e Software do parque computacional do MinC	GPL2
OTRS	Produção	TIC	Painel para solicitação de serviços de TIC - ITIL	AGPL3
RHSis	Produção	Gestão de Pessoas	Sistema de Gestão de Recursos Humanos	MinC
SEI	Produção	Documentação e Informação	Gestão de Processo por meio Eletrônico	Privado de Governo
Siminc	Descontinuação	Planejamento e Orçamento	Gestão Orçamentária e Financeira	GPL2
SIMEC	Implantação	Gestão Orçamentária, Financeira e outras	Plataforma desenvolvida pelo MEC para gestão Orçamentária, Financeira, e outros	GPL2
Sipac	Descontinuação	Almoxarifado	Solução legada para gestão de Patrimônio, Almoxarifado e outros	Proprietário
Sistel	Desenvolvimento	TIC	Gestão de Faturas e Empréstimo de Equipamentos de Telecom	GPL3

#### Sistemas dos Serviços Digitais Externos ao MinC

Sistema	Fase	Área	Descrição	licença
Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - SALIC	Produção	Fomento e Incentivo	O sistema fornece os mecanismos para gestão do incentivo fiscal à projetos culturais pelos mecanismos da Lei Rouanet, mediando as diversas etapas ( <b>proposta, admissão, captação de recursos, execução e prestação de contas</b> ) envolvendo os vários atores ( <b>Proponente, Avaliadores, Incentivador e Fornecedores</b> )	AGPL3
Vale Cultura	Produção	Fomento e Incentivo	Sistema para gestão do Programa Vale Cultura que beneficia trabalhadores através de recursos de incentivo fiscal dos empregadores	MinC
Gestão de Ouvidoria Governamental - GOG	Produção	Ouvidoria	Sistematiza o fluxo de recepção e tratamento das manifestações à ouvidoria entre as unidades do MinC	AGPL3



Sistema	Fase	Área	Descrição	licença
<b>Mapa da Cultura - SNIIC</b>	Produção	Estatísticas e Indicadores Culturais	Plataforma para mapeamento coletivo de projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores.	AGPL3
<b>SalicWeb</b>	Descontinuação	Fomento e Incentivo Cultural	Ferramenta para realização de Editais de Fomento	MinC
<b>Plataforma Rede Cultura Viva</b>	Produção	Cidadania e Diversidade Cultural	Cadastro dos Pontos e Pontões de Cultura para atendimento à <a href="#">Lei Cultura Viva</a>	AGPL3
<b>Cadastro Nacional de Bibliotecas</b>	Produção	Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas	Cadastro de bibliotecas públicas e comunitárias utilizando o Mapas Culturais	AGPL3
<b>Arches Lib</b>	Descontinuação	Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas	Gestão de acervo e circulação para bibliotecas	Proprietário
<b>Sistema Nacional de Cultura - SNC</b>	Produção	Articulação e Desenvolvimento Institucional	Plataforma de cadastro e articulação com os <b>Entes Federados</b> para gestão e promoção de políticas culturais	AGPL3
<b>e-Praças - Gestão das praças CEUS</b>	Desenvolvimento	Infraestrutura Cultural	Plataforma na nuvem para uso dos administradores das praças CEUs, registro de atividades e articulação com o MinC	AGPL3
<b>Plataforma de Gestão do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC</b>	Produção	Articulação e Desenvolvimento Institucional	Plataforma para Comunicação, Transparência e Participação do Conselho Nacional de Política Cultural	MinC